

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**Questões Linguísticas Suscitadas pela Tradução  
de um Texto Jurídico Chinês - Português:  
Conexões Interfrásicas**

Vong Choi U

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de  
Mestre em Tradução e Interpretação de Conferências  
(Área de Especialização em Tradução)

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS



**Questões Linguísticas Suscitadas pela Tradução  
de um Texto Jurídico Chinês - Português:  
Conexões Interfrásicas**

Vong Choi U

Dissertação orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Nélia Alexandre e  
co-orientada pelo Prof. Doutor Luciano Almeida,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em  
Tradução e Interpretação de Conferências (Área de  
Especialização em Tradução)

2017

## **Agradecimentos**

No término desta dissertação de mestrado, queria registar os meus sinceros agradecimentos a todos os que me apoiaram neste trabalho e contribuíram para a sua realização.

Acima de tudo, um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Doutora Nélia Alexandre, sem cujo incentivo e orientação este trabalho não teria sido feito. Ao longo da orientação, demonstrou o seu alto profissionalismo e responsabilidade, o que me emocionou muito, respondia aos meus *e-mails* sempre com muita rapidez e nunca se importava em disponibilizar tempos valiosos para me ajudar a tirar dúvidas relacionadas com a dissertação.

Ao Professor Doutor Luciano Almeida, por ter aceitado ser o meu co-orientador.

Aos todos os professores deste curso de Mestrado, pela abertura de novos horizontes no mundo da tradução.

Aos meus familiares, pela compreensão durante a realização do curso de Mestrado e pelo apoio incondicional.

## **Resumo**

O objectivo da presente dissertação é a apresentação e análise da questão das conexões interfrásicas nas línguas portuguesa e chinesa, tendo como base a tradução de um texto jurídico de chinês para português.

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a certos aspectos da tradução jurídica, focando algumas questões gerais relacionadas com a especificidade deste tipo de tradução.

O segundo capítulo é constituído pela tradução de um excerto do discurso jurídico, de chinês para português, intitulado “Análise da questão dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais”. É com base nesta tradução que o objecto de estudo linguístico da dissertação é analisado.

O terceiro e o último capítulo debruçar-se-á sobre o tema de conexões interfrásicas nas línguas portuguesa e chinesa. Serão apresentados conceitos essenciais da área, tais como coesão interfrásica, hipotaxe e parataxe, bem como coordenação e subordinação. Uma secção do capítulo foca-se na análise de casos específicos com base na tradução apresentada no Capítulo II. A par disso, a última secção do capítulo dedica-se a uma análise comparativa entre as línguas portuguesa e chinesa em relação à coesão textual.

### **Palavras-chave:**

conexão interfrásica, conjunções, conectores, marcadores discursivos, tradução jurídica



## **Abstract**

This dissertation aims to present and analyse the question of interphrasal cohesion in Portuguese and Chinese, based on the translation of a legal text from Chinese to Portuguese.

This dissertation is structured into three chapters. The first chapter is dedicated to some aspects of legal translation and some general questions related to it will be addressed.

The second chapter comprises the translation of an excerpt of a legal speech, from Chinese to Portuguese, entitled "Analysis of the question of conflicts of rights in the process of personal data protection". Based on this translation, the object of study of this dissertation is analyzed.

The third and the last chapter is about the topic of interphrasal cohesion both in Portuguese and Chinese. Some essential concepts of the area, such as hypotaxis and parataxis, as well as coordination and subordination, will be presented. The last section of the chapter focuses on the analysis of some specific cases, supported by the translation presented in Chapter II.

### **Keywords:**

Interphrasal cohesion, conjunctions, connectives, discourse markers, legal translation

# Índice

Índice de Figuras e Quadros

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

<b>Capítulo I - Algumas especialidades da tradução jurídica .....</b>	<b>3</b>
---	----------

1.1. A tradução jurídica .....	3
--------------------------------	---

1.2. A especialidade do texto jurídico .....	4
--	---

1.3. Características que um tradutor jurídico deverá possuir .....	5
--	---

1.4. Ferramentas e bases de dados disponíveis para a tradução jurídica em Macau ..	6
--	---

<b>Capítulo II - Tradução de um discurso jurídico .....</b>	<b>8</b>
---	----------

Tradução de um discurso jurídico, de Chinês para Português, intitulado “Análise da questão dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais”, de Liu Dexue

<b>Capítulo III - Conexões interfrásicas .....</b>	<b>23</b>
--	-----------

3.1. Conexões interfrásicas em Português .....	23
--	----

3.1.1. Coesão textual .....	23
-----------------------------	----

3.1.2. Hipotaxe e parataxe .....	24
----------------------------------	----

3.1.3. Conjunções, conectores e marcadores discursivos .....	26
--	----

3.1.4. Orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio .....	37
---	----

3.1.4.1. Orações reduzidas de infinitivo .....	38
--	----

3.1.4.2. Orações reduzidas de particípio .....	39
--	----

3.1.4.3. Orações reduzidas de gerúndio .....	39
--	----

3.2. Conexões interfásicas em Chinês .....	23
3.3. Análise de casos específicos com base na tradução .....	45
3.4. Análise comparativa entre línguas portuguesa e chinesa em relação à coesão textual .....	53
<b>Conclusões .....</b>	<b>56</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>58</b>
<b>Anexo .....</b>	<b>64</b>
- Texto de partida	

## Índice de figura e quadros

<b>Figura 1:</b> Categorização de mecanismos de coesão textual .....	<b>24</b>
<b>Quadro 1:</b> Conjunções coordenativas e advérbios conectivos para diversos nexos semânticos .....	<b>28</b>
<b>Quadro 2:</b> Conjunções subordinativas e locuções conjuncionais subordinativas para diversos nexos semânticos .....	<b>31</b>
<b>Quadro 3:</b> Conjunções coordenativas e conectores paratáticos mais usados para diversos nexos semânticos .....	<b>33</b>
<b>Quadro 4:</b> Valores dos principais marcadores discursivos .....	<b>37</b>
<b>Quadro 5:</b> Conjunções ou locuções adverbiais para orações finitas e não finitas ...	<b>40</b>
<b>Quadro 6:</b> Conjunções coordenativas e conectores paratáticos da língua chinesa, por nexos semânticos .....	<b>41</b>
<b>Quadro 7:</b> Conjunções subordinadas e conectores hipotáticos da língua chinesa por nexos semânticos .....	<b>43</b>

## Introdução

Uma boa comunicação entre as pessoas depende muito da coesão e da coerência do texto, tanto ao nível da escrita como do oral. Mendes (2013: 1714) preconiza que as conexões estruturais entre os elementos de um texto, que se dividem em frásicas e interfrásicas, asseguram a sua coesão e a sua coerência. O objectivo da presente dissertação é a apresentação e análise da questão de conexões interfrásicas nas línguas portuguesa e chinesa, tendo como base a tradução de um texto jurídico de chinês para português.

As conexões interfrásicas são, de facto, um tema relativamente novo para mim porque nunca tinha contactado com o assunto no decorrer do curso de licenciatura. Por isso, e porque se trata de uma matéria de nível mais avançado na aprendizagem da língua portuguesa, estou interessada em explorar o mesmo, já que acredito que uma análise mais aprofundada destes elementos pode ajudar a aperfeiçoar a minha técnica em tradução e levar-me a reflectir, de uma forma comparada, sobre as minhas duas línguas de trabalho. Sabendo que o português e o chinês, ao nível macroestrutural, não organizam as ideias da mesma forma, apesar de ambas terem marcadores discursivos semelhantes<sup>1</sup>, espero, assim, ganhar uma maior consciência explícita dos processos envolvidos na articulação de frases ou períodos quando efectuo a tradução de textos específicos.

A dissertação está estruturada em três capítulos. Tendo em conta a sua relevância na área de tradução em Macau, o primeiro capítulo é dedicado a certos aspectos da tradução jurídica. Deste modo, são abordadas algumas questões gerais relacionadas com a tradução jurídica, nomeadamente o conceito de tradução jurídica, a especialidade do texto jurídico, as características que um tradutor jurídico deverá possuir, bem como as ferramentas e bases de dados disponíveis para a tradução jurídica em Macau.

O Capítulo II é constituído pela tradução de um excerto do discurso jurídico, de chinês para português, intitulado “Análise da questão dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais”. Escolheu-se este como o texto alvo porque aborda um tema actual a que a sociedade macaense (e não só) tem prestado muita

---

<sup>1</sup> Vide Capítulo III, onde alguns desses marcadores vão ser apresentados e discutidos.

atenção nos últimos anos. É com base nesta tradução que o objecto de estudo linguístico da dissertação é analisado. É de realçar que esta é uma tradução para língua não materna, uma situação geralmente considerada não ideal na área de tradução devido à influência que a língua materna pode ter no texto de chegada, fazendo com que ele se afigure um pouco artificial, soando a uma tradução e não a um texto próprio de um falante nativo. No entanto, é esta a realidade enfrentada por muitos tradutores em Macau.

O Capítulo III debruçar-se-á sobre o tema de conexões interfrásicas nas línguas portuguesa e chinesa. Serão apresentados conceitos essenciais da área, tais como coesão interfrásica, hipotaxe e parataxe, bem como coordenação e subordinação. A par disso, serão abordados os elementos linguísticos que contribuem para a referida coesão, nomeadamente as conjunções, os conectores, os marcadores discursivos, bem como as orações reduzidas nominais. Uma secção do capítulo foca-se na análise de casos específicos com base na tradução apresentada no Capítulo II. A par disso, a última secção do capítulo dedica-se a uma análise comparativa entre as línguas portuguesa e chinesa em relação à coesão textual. É de referir que, em vez de uma abordagem profunda sobre o tema, será feita apenas uma breve apresentação a respeito. Uma das razões para tal são os meus escassos conhecimentos da área e outro motivo é que isto é o que achei em falta no decorrer da minha exploração do tema.

## **Capítulo I - Algumas especificidades da tradução jurídica**

### **1.1. A tradução jurídica**

Antes de abordar o conceito de tradução jurídica, é imprescindível saber o que é linguagem jurídica. A linguagem jurídica é utilizada não só pelo poder legislativo, mas também pelas autoridades administrativas, pelos tribunais e pelos juristas em geral. A linguagem jurídica é uma linguagem normativa que tem como objectivo facultar informações sobre os direitos e obrigações, bem como regular o comportamento e as relações humanas.

Segundo Munday (2001: 51-52), não há espaço na tradução jurídica para grandes adaptações ou ajustamentos: é crucial, num texto legal, o efeito equivalente, que, para funcionar correctamente, deve representar a mesma ideia e produzir a mesma resposta do texto de partida. Calado<sup>2</sup> (1995: 176) afirma também que “O princípio da segurança jurídica, primordial em qualquer Estado de Direito, obriga a que a tradução seja rigorosa, estilística e gramaticalmente correcta, mas que respeite, por inteiro o texto original.”

O mesmo autor preconiza que “No arranjo dos termos jurídicos, não se procuram palavras sumptuosas, mas sim aquelas simples, com precisão e dispensa de discrepância de sentidos. Quando se transmitir de português para chinês, é bom que exista expressão previamente equiparada em chinês, mas, no caso de inexistência, é de criar novas expressões jurídicas.” (1995: 173) Na realidade, tendo em consideração a sua importância em termos legais e as suas possíveis consequências, a tradução jurídica é, na sua maioria, muito fiel ao texto original.

Como se sabe, o Direito é elaborado por e para uma sociedade, respondendo às necessidades da mesma num determinado tempo histórico. Por isso, a linguagem jurídica não se relaciona meramente com o sistema jurídico de uma sociedade, mas sim com a história, a evolução e a cultura da mesma. Calado (1997) afirma também que a

---

<sup>2</sup> Coordenador do Gabinete para a Tradução Jurídica de Macau da altura.

tradução jurídica é o processo de transposição de um pensamento jurídico, não apenas de uma língua para outra, mas também de uma cultura para outra.

Cao (2007:31) entende de igual modo que “In translation, language should not be seen as an isolated phenomenon suspended in a vacuum, but as an integral part of culture, and (...) the text is embedded in a given situation, which is itself conditioned by its socio-cultural background”.

## **1.2. A especialidade do texto jurídico**

Segundo Cabré (1998), as línguas de especialidade são instrumentos elementares de comunicação entre profissionais. É de realçar que uma língua de especialidade não se reduz à dimensão terminológica, uma vez que esta é altamente dependente da língua comum, quer a nível das estruturas gramaticais quer a nível do léxico. Newmark (1988) afirma que o léxico técnico representará apenas 5 a 10% do total do acervo lexical dos textos técnicos. Mesmo assim, não podemos negligenciar a importância da tradução de termos técnicos na tradução jurídica.

Por ‘termo’, entende-se “palavra ou grupo de palavras correspondente a um e um só conceito de uma língua de especialidade utilizada num domínio particular do conhecimento” (Mateus e Xavier, 1992: 373). Uma das características do termo jurídico em português prende-se com a atribuição de um novo sentido totalmente diferente a uma palavra que já existia previamente na linguagem comum. Na realidade, todos os termos jurídicos requerem particular cuidado no processo da tradução porque têm significados muito específicos e unívocos. “Because they can occur in a legal context, they require more effort and alertness on the part of a legal translator.” (Hanem E. El-Farahaty, 2008: 13)

Neste sentido, “Language is medium, process and product in the various arenas of the law where legal texts, spoken or written, are generated in the service of regulating social behaviour. Once norms and proceedings are recorded, standardised and institutionalised, a special legal language develops, representing a predictable process and pattern of functional specialisation” (Maley, 1994:11).

Em termos de estilo, a linguagem jurídica apresenta um elevado nível de formalidade, impessoalidade e objectividade, características que marcam a distância comunicativa entre o emissor e o receptor. Em termos lexicais, verifica-se um uso



elevado de latinismos, por serem expressões consagradas desde há muito. É de referir que, por um lado, nos textos jurídicos se destaca o uso de termos próprios da linguagem jurídica, muitos dos quais não têm qualquer significado fora do campo jurídico e que, por outro lado, palavras do léxico comum são utilizadas neste tipo de texto com sentidos diferentes dos habituais.

### **1.3. Características que um tradutor jurídico deverá possuir**

No que diz respeito à tradução do texto de diplomas legais, o primeiro requisito é, sem dúvida, dominar bem as línguas de partida e de chegada (no caso concreto, a chinesa e a portuguesa, respectivamente), porque o texto jurídico é constituído normalmente por frases complexas e, muitas vezes, com orações intercaladas. Isto, aliado à existência de alguns termos profissionais de compreensão difícil, torna a tradução jurídica uma tarefa árdua, mesmo para falantes nativos. Robinson (2006) alega que é importante ler e escrever como um membro do grupo social em questão: “the effective translator will have to ‘pretend’ to be a member of that group in order to render the text plausibly into the target language”. Calleja (1994), por sua vez, considera que o tradutor não pode ignorar as fontes documentais do Direito, como os manuais de Direito.

Segundo Costa e Correia (1990), “Para que possa qualificar-se uma determinada tradução como boa, devem ter sido preenchidas tanto um conjunto de condições objectivas, relacionadas com as exigências de interpretação e apreensão do conteúdo do texto-fonte, como condições subjectivas, associadas à pessoa do tradutor, aos seus conhecimentos das línguas envolvidas e das matérias abordadas.”

Na realidade, para garantir a qualidade da tradução jurídica, é ideal o tradutor jurídico ter uma dupla formação em Direito e Tradução, acompanhada de proficiência nas línguas em que traduz, visto que “legal translators must be able to identify the normative content expressed in the statement of law of the source norm and formulate a legal norm in the target text that leads to the same result”. (Šarčević 1997:137).

Além do mais, tendo em conta a importância dos textos jurídicos em termos legais, é essencial que o tradutor jurídico seja uma pessoa com um alto sentido de responsabilidade, rigoroso e perseverante na procura da solução de tradução mais adequada e que tenha boas técnicas de pesquisa.

#### 1.4. Ferramentas disponíveis e bases de dados para a tradução jurídica em Macau

Um tradutor deve dispor do maior número possível de ferramentas de tradução quando fizer tradução de linguagem especializada. Um dicionário comum é obviamente insuficiente para a produção de um bom trabalho de uma área específica e dicionários jurídicos são considerados instrumentos essenciais para a tradução jurídica.

O *Glossário Jurídico Chinês-Português/Português-Chinês*, publicado pela Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça de Macau, é uma boa ferramenta para a tradução jurídica. A publicação contém muitos termos e expressões jurídicos em ambas as línguas (chinesa e portuguesa), contribuindo para a uniformização e normalização dos termos e expressões jurídicos.

Para além de estar disponível em papel, o *Glossário* está também disponível *online*, versão que tem como vantagem a possibilidade de ser actualizada a todo o momento. Indubitavelmente, dicionários, gramáticas e enciclopédias são instrumentos essenciais para o tradutor, porém, existe informação que não se pode obter pelos métodos tradicionais. Exemplo de casos em que estes utensílios não são suficientes é a tradução de textos técnicos com termos emergentes que nem sempre estão incluídos em dicionários porque a atualização dos mesmos não consegue acompanhar a rapidez com que surgem na área. Para colmatar este problema, é necessário recorrer à *internet* como fonte de informação. Por essa razão, em Macau, o *Glossário Jurídico Chinês-Português/Português-Chinês* (<http://www.dsaj.gov.mo/Listagem/index.aspx>), disponível na *internet* e no sítio electrónico da Imprensa Oficial de Macau (<http://cn.io.gov.mo>), são ferramentas *online* muito utilizadas pelos tradutores.

Quanto ao sítio electrónico da Imprensa Oficial da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), consiste numa base de dados vasta, contendo a legislação bilingue (chinês/português) da RAEM. Considera-se que esta é uma ferramenta útil para se encontrarem termos jurídicos. Para além disso, neste sítio electrónico, a versão digital (em formato PDF) bilingue da legislação disponível, desde o estabelecimento da RAEM, a 20 de Dezembro de 1999, pode ser considerada como um tipo de *corpus*

paralelo<sup>3</sup> porque as versões chinesa e portuguesa da legislação são alinhadas em duas colunas, lado ao lado, na mesma página.

---

<sup>3</sup> Por *corpus* paralelo, entende-se uma combinação de pelo menos dois *sub-corpora* alinhados entre si. Na sua aceção mais simples, podemos ter, de um lado, um *sub-corpus* composto de textos originais numa determinada língua (L1) e do outro, um *sub-corpus* com os mesmos textos traduzidos para uma outra língua (L2). Os dois são então alinhados para que se possa extrair concordâncias paralelas, tornando possível pesquisar originais e traduções em simultâneo.

## Capítulo II - Tradução de um texto jurídico

Tradução de um discurso jurídico, de Chinês para Português, intitulado “Análise da questão dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais”, de Liu Dexue.

### **Análise da questão dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais**

Liu Dexue\*

#### **Introdução**

O direito à privacidade, sendo um “direito a não ser incomodado, é o direito mais abrangente de todos e o mais valorizado pelas pessoas livres” (*The right to be let alone, the most comprehensive of rights and the right most valued by a free people*. Juiz Louis Brandeis, *Olmstead v. U.S.* 1928).

Na sociedade informática de hoje em dia, ao gozarmos das facilidades e vantagens trazidas pela tecnologia moderna, que nos transforma em indivíduos com papéis diferenciados, como por exemplo, “ciborgues”, “informáticos” ou “seres virtuais”, é natural que tenhamos de enfrentar todos os riscos decorrentes das mesmas. No decorrer da intensificação da protecção de dados pessoais no âmbito de legislação, saber como se pode ter em consideração os outros direitos fundamentais que estão em conflito potencial ou real com a mesma e perceber como se pode conseguir um equilíbrio adequado entre a protecção de dados pessoais, o direito à autodeterminação informativa e a livre circulação de informação são, actualmente, temas relevantes no âmbito da legislação e da implementação da protecção de dados pessoais.

Na sociedade de hoje, se faltar uma garantia legal plena e uma protecção concreta e efectiva dos dados e informações pessoais, uma série de direitos fundamentais relacionados com a dignidade humana e o desenvolvimento liberal da personalidade,

---

\* Liu Dexue, assessor da área jurídica dos Serviços de Apoio à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau.

nomeadamente o direito à reserva da vida privada, a liberdade de comunicação, a liberdade de expressão e o direito de expressão, conferidos por constituição, serão severamente ameaçados e prejudicados. Por fim, se a dignidade humana, o mais valioso de todos os direitos, for também prejudicada ou até perdida, ficamos então sem verdadeira dignidade humana. Além disso, em qualquer sociedade, a falta de uma protecção efectiva da dignidade humana leva à falta de respeito verdadeiro pela lei e pelo direito.

## **I. Introdução**

### **(1) O contexto da legislação sobre a protecção de dados pessoais e a actual situação legislativa de Macau**

Com o advento da era da informatização, da globalização e do acesso fácil à *internet*, a campanha legislativa para a protecção de dados pessoais, que tem como valor fundamental salvaguardar a dignidade humana do indivíduo na sociedade informática, prospera. Cada vez mais países e regiões elaboram diplomas legais específicos para a protecção de dados pessoais, conferindo aos titulares de dados vários direitos e liberdades sobre os seus dados pessoais e protegendo efectivamente os direitos desses titulares, através de várias medidas de protecção e de apoio de natureza civil, administrativa e criminal, ou por meio do estabelecimento de um organismo específico<sup>4</sup>. A par disso, as diversas convenções e acordos internacionais e regionais relacionados estão a levar a protecção de dados pessoais a um novo nível.

---

<sup>4</sup> Para além de prever o direito de protecção de dados pessoais na Constituição como um direito fundamental, no âmbito da legislação de protecção de dados pessoais, países europeus tais como a Alemanha, o Reino Unido, a Suécia, a Suíça, os Países Baixos, Portugal, a Finlândia e a Áustria já procederam à respectiva legislação e, tendo em conta a influência dos tratados europeus e das directivas da União Europeia, o conteúdo da legislação destes países neste âmbito é muito semelhante. Nos Estados Unidos, em 1974, foi aprovado um acto pioneiro de protecção de dados pessoais, *The Privacy Act*, e, com base nele, foi aprovada uma série de legislação específica e respectiva revisão sobre a protecção de dados pessoais da área da informática. No Canadá, *The Privacy Act* foi aprovado em 1980 e, no ano 2000, *The Personal Information Protection & Electronic Documents Act*, cujo objectivo é estar em conformidade com os critérios de protecção de dados pessoais da União Europeia. Na Ásia, *The Act on the Protection of Personal Information* foi aprovado em 2003, no Japão, enquanto *The Act for Protection of Computer Processed Personal Data Held by Administration Organs* foi aprovado na Tailândia em 1997. A Lei da Protecção de Dados Pessoais de Taiwan foi aprovada em 1995, sendo *The Personal Data (Privacy) Ordinance* a legislação da Região Administrativa Especial de Hong Kong.

Neste contexto, tendo em consideração a falta de legislação específica para a protecção de dados pessoais<sup>5</sup>, foi aprovada, em 2005, em Macau, a Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais), na qual se inclui um conjunto de disposições sistemáticas, nomeadamente uma série de princípios estruturantes a cumprir, no âmbito da protecção do direito, bem como medidas de tutela administrativa e jurisdicional no que diz respeito à protecção de dados pessoais, para colmatar as lacunas do regime por causa da falta de legislação geral na ordem jurídica de Macau na altura<sup>6</sup>. A Lei n.º 11/2009 (Lei de combate à criminalidade informática) foi elaborada em Macau com base na lei acima referida de modo a combater de forma efectiva os vários tipos de actos ilícitos criminais no âmbito da informática. Para além disso, tendo em consideração a ampla aplicação da videovigilância na protecção da segurança pública e no combate à criminalidade, foi formulada a Lei n.º 2/2012 (Regime jurídico da videovigilância em espaços públicos), para que a legislação relativa à protecção de dados pessoais se torne mais específica e sistemática em Macau.

Para a implementação da lei e respectivo enquadramento estrutural, foi criado o Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais (GPDP), que funciona de forma autónoma sob a tutela do Chefe do Executivo. Ao longo dos anos, a instituição tem concretizado as funções de execução, fiscalização e coordenação que lhe estão atribuídas pela lei através de diversos meios, nomeadamente tratamento de casos concretos e emissão de orientações e pareceres<sup>7</sup>, para que Macau acompanhe a tendência internacional em relação à questão da protecção de dados pessoais, corrigindo a fraca consciência sobre o direito à privacidade e à protecção de dados pessoais, bem como uma protecção deficiente dos mesmos<sup>8</sup>, possibilitando assim uma melhor concretização do direito à

---

<sup>5</sup> Apesar de Macau já anteriormente ter uma série de diplomas legais que se relacionam directa ou indirectamente com a questão da protecção de dados pessoais, traduzida na legislação de traduzida na legislação de várias matérias de natureza penal e de direitos fundamentais, tais como matérias de natureza penal e de direitos fundamentais, envolvendo saúde, assuntos bancários, identificação civil e direitos dos administrados. No entanto, os referidos diplomas legais limitam-se a apenas determinado aspecto, não existindo pois uma legislação geral que regule e proteja efectiva e eficazmente os dados pessoais. Relativamente à situação e à justificação legislativa da protecção de dados pessoais, pode-se consultar o *Memorando sobre protecção dos dados pessoais no contexto da tutela jurídica da privacidade*, Paulo Cardinal, na Colectânea de Leis Regulamentadoras de Direitos Fundamentais, Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, pp. 161-168.

<sup>6</sup> Vide a nota justificativa da Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais), p. 3.

<sup>7</sup> Relativamente à situação de execução da lei por parte do Gabinete para a Protecção de Dados Pessoais, às queixas e casos tratados, bem como às orientações e pareceres emitidos pelo mesmo, visite-se o *website* deste gabinete: <http://www.gpdp.gov.mo/>.

<sup>8</sup> Numa perspectiva institucional, com a abertura do sector do jogo ao exterior e a integração rápida na

dignidade humana e à reserva da intimidade da vida privada e familiar consagrados na Lei Básica de Macau.

## **(2) As principais questões a abordar neste texto**

Comparando com os outros regimes jurídicos mais evoluídos que existem na história da humanidade, o desenvolvimento acelerado da tecnologia da informação e as questões dos ajustamentos jurídicos daí resultantes são realmente matérias novas em que a protecção de dados pessoais e a sua legislação têm vindo a ser novos temas na área jurídica nas últimas décadas. Todavia, devido ao facto de a aplicação da tecnologia da informação à realidade ser muito ampla, os dados pessoais são tratados por meios informáticos em quase todas as áreas da vida humana. A par disso, uma vez que a tecnologia da informação tem características e complexidades próprias, os ajustamentos legislativos relativos à protecção de dados pessoais são abrangentes, essenciais, complexos e inconstantes, pelo que é necessário assegurar-se mos uma regulamentação adequada e protecção equilibrada no processo de legislação e de implementação da lei quando surgem colisões de direitos e disputas de interesses, por forma a se tomar a melhor opção no que diz respeito à protecção de dados pessoais.

De um modo geral, no âmbito do direito comparado, não se encontram muitas controvérsias relativamente à necessidade de legislação em relação à protecção de dados pessoais, ao âmbito e aos tipos de direitos gozados pelos titulares dos dados, bem como às atribuições a assumir pelo Estado no âmbito de processo de protecção e de fornecimento de medidas de assistência, tanto de natureza administrativa como judicial. Todavia, no processo de protecção de dados pessoais, o modo como se pode coordenar os vários tipos de direitos e resolver os conflitos de interesses existentes, ao nível legislativo e prático, e a forma como se pode equilibrar a protecção dos direitos e liberdades gozadas pelos titulares dos dados pessoais com uma utilização adequada e justificada dos dados pessoais pela sociedade é ainda uma questão a abordar mais aprofundadamente, tanto na teoria jurídica, como na prática.

Conflito e colisão entre direitos fundamentais é um fenómeno inerente à área jurídica. No âmbito da protecção de dados pessoais, o fenómeno de conflitos de direitos

---

sociedade internacional nos últimos anos, Macau tem vindo a ser cada vez mais exigente na legislação do regime da protecção de dados pessoais.

é mais proeminente e apresenta uma correlação nas seguintes áreas: entre o direito à autodeterminação da informação e à livre circulação e utilização dessa informação, entre o direito privado dos titulares dos dados e os poderes da autoridade pública, entre vários tipos de interesses particulares, entre interesses particulares e públicos, bem como entre interesses intelectuais e económicos relacionados como os dados pessoais. Uma questão chave na legislação da protecção de dados pessoais é saber como se coordena e equilibra o direito da protecção de dados pessoais com os direitos que se encontrem potencial ou efectivamente em conflito com aquele, no sentido de aliviar os conflitos de interesses e as relações tensas que surgem no processo de protecção, assegurando assim o resultado que melhor possa beneficiar as duas ou várias partes envolvidas. É precisamente com base neste objectivo que o presente texto visa analisar, a partir da natureza jurídica e do conteúdo do direito sobre os dados pessoais, a protecção e o limite do direito, bem como os princípios a observar face ao conflito de direitos no processo de protecção de dados pessoais e angariar opiniões valiosas dos profissionais nesta área.

## **II. O fenómeno do conflito de direitos no processo de protecção de dados pessoais e análise dos seus tipos**

### **(1) Natureza jurídica e conteúdo do direito sobre os dados pessoais**

Para analisar melhor os fenómenos dos diversos conflitos que ocorrem durante o processo de protecção de dados pessoais e apresentar, consequentemente, soluções pertinentes, é necessário analisar primeiro a origem desses conflitos, tendo em conta a sua origem e evolução. Neste contexto, é necessário estudar a natureza jurídica deste direito e o respectivo conteúdo. A este respeito, tal como em qualquer direito e correspondente sistema de protecção, o direito aos dados pessoais e o direito à privacidade, dois direitos estreitamente relacionados, são concebidos e criados justamente em razão de colisão e de conflito com outros direitos. O direito aos dados pessoais, sendo um direito que possibilita ao titular actuar de acordo com a sua vontade por forma a realizar os seus interesses, é como o direito de propriedade, um tipo de direito patrimonial, que tem a função determinante de decidir a reversão e a delimitação de direitos. A constituição do direito aos dados pessoais no direito positivo tem por



objectivo, em larga medida, responder aos conflitos dos direitos que ocorrem na reversão, na utilização, no tratamento, na circulação, na manutenção de sigilo, bem como na publicação de dados.

Ao trazer uma prosperidade material enorme para os seres humanos, a sociedade industrial quebra simultaneamente a tranquilidade inerente à sociedade agrícola. Daí ter aparecido no início, nos Estados Unidos, a exigência de conferir às pessoas o direito à privacidade (*right to privacy*)<sup>9</sup>, que é um “direito a não ser incomodado” (*right to be let alone*). Posteriormente, o direito à privacidade foi estabelecido em termos gerais nas constituições ou leis de muitos países, bem como numa série de Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos. No entanto, o direito à privacidade que apareceu em primeiro lugar nos Estados Unidos tinha como principal objectivo superar o problema de protecção insuficiente da privacidade pessoal no âmbito do direito de propriedade, do direito à confidencialidade, do direito à imagem ou de outros tipos de obrigações contratuais, no sentido de ultrapassar as perturbações ou danos à vida privada decorrentes de novas tecnologias de reprodução e difusão, tais como a fotografia ou a publicação de textos. Hoje em dia, o direito à privacidade é considerado um direito essencial e independente no âmbito dos direitos fundamentais, um direito relativo a dados pessoais que é um reflexo importante da personalidade pessoal, constituído por uma zona privada, uma área de intimidade (com ou sem carácter pessoal) e um direito a não ser incomodado<sup>10</sup>, tendo por objectivo salvaguardar a dignidade humana e o livre desenvolvimento da personalidade.

Observando a história da evolução dos direitos, o direito à privacidade autonomizou-se no decorrer da competição com os outros direitos em conflito, nomeadamente os direitos de reprodução, de difusão e de utilização de imagem, que envolvem dados da vida privada. De facto, o direito aos dados pessoais, de criação relativamente recente durante o processo da protecção do direito à privacidade, apresenta um percurso de criação e de evolução quase idêntico.

O direito aos dados pessoais, sendo um alargamento e ampliação da protecção do direito à privacidade, foi criado e desenvolvido gradualmente a par da ampla aplicação

---

<sup>9</sup> Warren, S. & Brandeis, L. (1890). The Right to Privacy. *Harvard Law Review*, 4 (5), p. 193.

<sup>10</sup> Catarina Sarmento e Castro, O direito à autodeterminação informativa e os novos desafios gerados pelo direito à liberdade e à segurança no pós 11 de Setembro, p. 4 e ss, [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/CatarinaCastro.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/CatarinaCastro.pdf). (Nota do tradutor: O link indicado pelo autor já não está válido.)

da tecnologia informática e de outras tecnologias de informação. Já na década de 70 do século XX, foi afirmada na Resolução n.º 428 do Parlamento Europeu a necessidade da protecção da privacidade no âmbito da aplicação de tecnologias de informação na obtenção de dados pessoais: “O estabelecimento de bases de dados computadorizadas, a nível regional, nacional ou internacional, não pode deixar o indivíduo completamente exposto e visível por via da acumulação de informação referente até à sua vida privada.”

<sup>11</sup>\* A Convenção n.º 108, aprovada posteriormente, veio a constituir um instrumento legal fundamental para a protecção dos dados pessoais. A par disso, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia prevê expressamente no seu artigo 8.º que: “Todas as pessoas têm direito à protecção dos dados de carácter pessoal que lhes digam respeito”, elevando o direito aos dados pessoais ao nível de um direito fundamental.

Actualmente, quanto à legislação relativa à protecção de dados pessoais a nível mundial, existem dois modelos legislativos mais representativos, um dos Estados Unidos e o outro da Europa, desenvolvidos a partir de diferentes conceitos legislativos e de distintas formas do direito de protecção. O modelo legislativo dos Estados Unidos dá ênfase ao intercâmbio e à utilização de dados, focando simultaneamente a prevenção da lesão dos direitos aos dados pessoais e à privacidade causada pelos serviços governamentais. Por sua vez, o modelo legislativo europeu sublinha o direito de autodeterminação e de controlo dos indivíduos sobre os seus próprios dados, com destaque dado à função do Estado na protecção dos dados pessoais, razão pela qual foi elaborada legislação uniformizada e mais rigorosa para a protecção dos dados pessoais e foi aplicada tanto às entidades governamentais como às não-governamentais<sup>12</sup>.

No que diz respeito à natureza do direito de protecção dos dados pessoais,

---

<sup>11</sup> <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=http%3A%2F%2Fassembly.coe.int%2FDocumentos%2FAdoptedText%2Fta70%2FBRES428.pdf>.

\* Nota do tradutor: O link indicado pelo autor já não está válido. A versão oficial em inglês encontrada na internet é “Where regional, national or international computer-data banks are instituted the individual must not become completely exposed and transparent by the accumulation of information referring even to his private life.” (<http://assembly.coe.int/nw/xml/XRef/Xref-XML2HTML-en.asp?fileid=15842&lang=en>)

<sup>12</sup> Relativamente a esta matéria, pode consultar Hong Hailin, *Uma Abordagem sobre a Legislação da Protecção de Dados Pessoais – Entre a protecção e a circulação de informação (On the Legislation Idea of Personal Information Protection – Between information protection and freedom of information circulation)*, in *Hebei Law Science*, Vol. 25, n.º 1 de 2007, p. 112; Li Yi, *O Dilemma do Valor e a Resolução da Protecção de Dados Pessoais – Duma perspectiva da conciliação do conflito entre a dignidade humana e a liberdade de informação (On the Value Dilemma and Resolution of Personal Information Protection – In the view of conciliating the conflict between personal dignity and information freedom)*, in *Hebei Law Science*, Vol. 31, n.º 2 de 2013, pp. 2-7.

encontram-se diversas teorias<sup>13</sup>, partindo de pontos de vista diferentes, nomeadamente a teoria do direito à privacidade, a teoria dos direitos humanos, a teoria do direito do controlo de dados pessoais e a teoria do direito de autodeterminação de dados pessoais. Em relação à expressão legislativa do direito em apreço, várias designações foram adoptadas por países e regiões administrativas diferentes, tais como o direito de autodeterminação de dados pessoais, o direito de liberdade de informação pessoal e o direito aos dados pessoais. Devido aos vários pontos de partida e diferentes objectivos legislativos, não se encontra pois uma definição uniforme, reflectindo-se, nesta situação, a diversidade e a complexidade da natureza e do conteúdo do direito. Inclino-nos no presente texto para adoptar a designação de “direito aos dados pessoais”, tendo em conta que tal conceito abrange quase todo o teor deste direito, nomeadamente os direitos de reversão, de determinação e de disposição, não exprimindo este direito uma única perspectiva.

Sendo um direito fundamental, o direito aos dados pessoais tem a mesma natureza e características que qualquer outro direito fundamental no âmbito jurídico, apresentando aspectos positivos e negativos. Como lado negativo, o titular do direito pode opor-se ao Estado ou a outrem quanto ao tratamento ilícito e a actos lesantes aos seus dados pessoais, para que os mesmos permaneçam num domínio próprio livre de qualquer interferência e acesso. Como vertente positiva, o titular pode decidir revelar ou não os seus dados pessoais, bem como o âmbito, o tempo, a forma da divulgação e a quem estes dados podem ser revelados, tendo ainda os direitos de informação e de controlo da sua utilização, além do da sua correcção<sup>14</sup>. Em simultâneo, o Estado tem o dever de proteger os dados pessoais, pelo que, para além de não interferir ilegalmente no direito aos dados pessoais, deve fazer tudo o que é necessário para que o direito do titular seja protegido de uma forma efectiva a nível legislativo e na prática, contribuindo para uma realização concreta da dignidade humana e para um livre desenvolvimento da personalidade.

Considerando o processo da protecção de dados pessoais na sua globalidade, a

---

<sup>13</sup> Veja-se Kong Lingjie, *Sobre o equilíbrio entre o poder e os interesses na protecção de dados pessoais*, in *Theory Monthly*, n.º 2 de 2010, pp. 121-124.

<sup>14</sup> Vide o relatório n.º RDEC-RES-097-010 publicado pela Comissão de Investigação, Desenvolvimento e Avaliação do Yuan Executivo de Taiwan, *Estudo sobre a Intensificação da Protecção de Dados Pessoais por Parte do Governo (Study of Governmental Enhancement on Personal Information Protection)*, pp. 4-5.

“Limitação da obtenção e da recolha de dados pessoais” e as “Regras sobre a conservação, gestão e utilização de dados pessoais” implicam direitos que afastam a interferência de terceiros e representam a parte que restringe o direito à liberdade; a “Consulta e rectificação de dados pessoais” consiste numa faculdade de exigência, ligada à natureza do direito<sup>15</sup>. Nestes termos, o direito aos dados pessoais, que tem a sua origem no direito à privacidade, já não tem uma natureza de defesa negativa, fundamentada no direito à privacidade clássico, mas sim uma natureza de direito de solicitação positiva.

Considerando o bem jurídico protegido pelo direito aos dados pessoais, este direito teve inicialmente origem, sem dúvida, na necessidade de protecção do direito à privacidade. Porém, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e a sua aplicação diversificada, o bem jurídico protegido pelo direito aos dados pessoais já não se limita só à protecção do direito à privacidade, mas envolve também vários tipos de direitos individuais, tais como o direito à imagem, a liberdade de comunicação, o direito à informação e alguns interesses públicos sociais, nomeadamente a liberdade de imprensa, a transparência da administração e a prevenção de crimes. No domínio da protecção de dados pessoais, vários tipos de direito e interesse reivindicados coexistem, entrecruzam-se e estão inevitavelmente numa relação de competição ou até de conflito grave, especificamente, interesses particulares e públicos, interesses morais da personalidade e interesses económicos de bens. Nestas circunstâncias, o objectivo legislativo da protecção do direito aos dados pessoais evolui da protecção do direito à privacidade para o equilíbrio e a coordenação dos vários direitos e interesses, apresentando-se como uma protecção global de diversos bens jurídicos.

## **(2) Fenómeno dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais**

Gomes Canotilho, académico português famoso em Direito Constitucional, classifica os conflitos dos direitos fundamentais em dois tipos: quando um determinado

---

<sup>15</sup> Vide o relatório n.º RDEC-RES-097-010 publicado pela Comissão de Investigação, Desenvolvimento e Avaliação do Yuan Executivo de Taiwan, *Estudo sobre a Intensificação da Protecção de Dados Pessoais por Parte do Governo (Study of Governmental Enhancement on Personal Information Protection)*, p. 14.

direito fundamental exercido por um titular do direito está em conflito com outro direito fundamental exercido por outrem, é considerado um conflito de direito real; quando o exercício de um direito fundamental está em conflito com outro interesse protegido pela constituição, não é considerado então como um conflito de direito real<sup>16</sup>. Tendo em conta que os dados pessoais e a sua utilização envolvem um âmbito muito abrangente, estes podem constituir objecto dos vários direitos fundamentais, quer pressupostos, quer como instrumentos para o exercício dos outros direitos fundamentais. Deste modo, na protecção do direito aos dados pessoais, é inevitável o aparecimento de conflitos entre vários direitos que se entrecruzam e competem entre si, o que constitui o foco e um dos problemas suscitados na protecção do direito aos dados pessoais. No presente texto, a análise começa por alguns fenómenos de conflitos típicos, no sentido de fornecer pressupostos necessários para uma reflexão mais profunda sobre a resolução dos conflitos. Devido à abrangência, à diversidade e à complexidade dos fenómenos de conflitos, não é possível enumerar aqui todos os fenómenos nem todos os tipos de conflitos de direitos.

## **1. Conflitos entre o direito aos dados pessoais e o direito à informação do público**

Numa sociedade que se funda na legalidade democrática, a publicidade e a transparência da informação é uma base essencial para o exercício dos direitos fundamentais pelos cidadãos, nomeadamente o direito de participação democrática e o direito da liberdade de expressão, sendo este também um pressuposto fundamental para a formação de qualquer sociedade democrática. Durante a participação na governação do Estado e em procedimentos administrativos por parte dos cidadãos, o princípio de participação já se tornou um princípio geral consagrado na Constituição e no direito do procedimento administrativo da maioria dos países. Por isso, muitos países elaboram legislação sobre liberdade de informação<sup>17</sup>, impondo ao Governo que torne públicas,

---

<sup>16</sup> Gomes Canotilho (1999). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra: Almedina, pp. 1189 e ss.

<sup>17</sup> Em Portugal, a Lei n.º 65/93 (Acesso aos documentos da Administração) foi aprovada a 26 de Agosto de 1993 e alterada posteriormente por várias vezes. Na China, o Regulamento sobre a Revelação de Informação do Governo da República Popular da China foi aprovado a 17 de Janeiro de 2007.

de forma adequada, as informações guardadas nos seus arquivos. Este direito dos cidadãos em compreender, conhecer e ter acesso às informações e documentos governamentais é normalmente conhecido, na teoria, como o direito dos cidadãos à informação.

O direito à informação, sendo um direito humano de terceira geração<sup>18</sup>, pela sua natureza inclui-se nos direitos, liberdades e garantias. Possuindo a característica de universalidade, o direito à informação já se tornou num direito essencial<sup>19</sup>, tanto para a garantia da liberdade pessoal como para o estabelecimento de um Estado democrático de Direito. Na realidade, a participação não é possível numa situação de falta de informação e o princípio da publicidade e da transparência da administração exige a adopção pró-activa pelo Governo de acções para proporcionar as informações necessárias à participação dos cidadãos e para que todas as pessoas tenham acesso aos documentos, registos e informações existentes nos arquivos públicos, independentemente da existência ou não de uma relação concreta entre o requerente e a informação pedida.

Este direito à informação do público é diferente do direito de acesso do interessado a um procedimento administrativo, a quem é dado o direito de aceder aos documentos e informações sobre o procedimento administrativo em que participa. O primeiro refere-se a um direito universal de que o público ou toda a gente, para além dos intervenientes no procedimento administrativo, goza e o objecto de acesso é principalmente a documentação ou informações guardadas nos arquivos públicos. Por sua vez, o segundo refere-se ao direito de acesso que um cidadão, sendo o interessado num procedimento administrativo, tem sobre a documentação ou informações pertinentes. Embora parecidos, os dois são diferentes quanto ao objectivo. O primeiro tem por objectivo salvaguardar a publicidade e a transparência da administração, a participação do público, bem como a fiscalização e o controlo sobre a decisão administrativa. Entretanto, o objectivo do segundo é salvaguardar a publicidade e a transparência de uma actividade administrativa concreta, no sentido de promover a

---

<sup>18</sup> Relativamente aos direitos humanos de terceira geração, em teoria, incluem-se direitos como a solidariedade social, o desenvolvimento sustentável, a protecção ambiental, a qualidade de vida, a promoção da saúde, a liberdade de informação através das novas tecnologias, a protecção de dados pessoais, a autodeterminação de informação, entre outros.

<sup>19</sup> Eduardo Manuel Castro Guimarães de Carvalho Campos (2009), *Dissertação de Mestrado em Novas Fronteiras do Direito*, Instituto Universitário de Lisboa, p. 16 e ss.

razoabilidade da actividade administrativa e de proteger os interesses directos que o interessado tem no procedimento administrativo<sup>20</sup>.

O direito à informação do público é também diferente do direito de acesso gozado pelo titular dos dados previsto na legislação relativa aos dados pessoais, sendo este um dos direitos concretos do direito de autodeterminação sobre os dados pessoais que, em conjunto com os direitos de oposição, não sujeitos a decisões automatizadas e à indemnização, formam o conjunto dos direitos do titular dos dados. Estão incluídas no artigo 11.º da Lei da Protecção de Dados Pessoais algumas disposições gerais relativamente ao conteúdo, ao âmbito, às condições e aos eventuais limites sobre o direito de acesso do titular aos dados. Em princípio, o titular dos dados tem o direito de obter do responsável pelo tratamento dos mesmos, livremente e sem restrições, as informações pertinentes. Este tipo de acesso é considerado como uma actividade concreta no conceito de tratamento de dados pessoais.

Como se sabe, o objecto do direito à informação do público é a documentação e informações guardadas pelo Governo, o que representa um âmbito muito amplo, envolvendo dados na posse de todas as entidades públicas, tais como hospitais e estabelecimentos de ensino públicos, que incluem informações sensíveis referentes à vida privada, à saúde, à vida sexual ou aos dados genéticos dos cidadãos. Neste contexto, entre o exercício do direito à informação por parte do público, consultando a documentação e informações do Governo, e o exercício dos direitos gozados pelo titular dos dados sobre os seus dados pessoais surgem, naturalmente, vários tipos de conflitos potenciais ou reais.

Forma-se uma relação triangular entre o titular de dados, o Governo e o público, constituída, por um lado, pela relação estabelecida entre o Governo e o titular de dados em actividades tais como a recolha e o tratamento de dados pessoais. Por outro lado, temos a relação estabelecida entre o Governo, enquanto entidade a que cabe o tratamento dos dados pessoais, e o público na consulta e no acesso à documentação e informações do Governo, estando as três partes numa relação interactiva tensa. O direito à informação do público e o direito de protecção dos dados pessoais dos cidadãos envolvidos nesta relação têm também a natureza de direito fundamental e, ao nível constitucional, ambos se inserem abstractamente na mesma hierarquia, com os mesmos

---

<sup>20</sup> Eduardo Manuel Castro Guimarães de Carvalho Campos (2009), *Dissertação de Mestrado em Novas Fronteiras do Direito*, Instituto Universitário de Lisboa, p. 17.

efeitos e força legal. Como se decide a prevalência dos dois, no caso concreto, por forma a resolver conflitos, constitui uma questão relevante na protecção dos dados pessoais.

## **2. Conflitos entre o direito relativo aos dados pessoais e o direito de acesso do público numa determinada situação**

O motivo pelo qual é destacado aqui este tipo de conflito é que, apesar da sua semelhança e relação com o tipo do conflito referido anteriormente, existe entre os dois uma grande diferença no que diz respeito ao objectivo de protecção e à relação de interesse envolvida, que é o direito sobre os dados pessoais e o direito de acesso do público, ou dos interessados, aos registos ou informações registrais guardadas nos serviços do notariado e de registos. A diferença em questão reside no facto de o bem jurídico protegido pelo direito à informação do público ser a promoção do direito de participação na política democrática e na decisão pública por parte dos cidadãos, enquanto o direito de acesso acima referido visa proteger uma ordem eficaz relativamente ao património social e às transacções comerciais, de modo a garantir a segurança e a rapidez de transacções. Para além disso, o objecto do direito de acesso à informação do público consiste principalmente nos registos e documentos tratados e formados no exercício dos poderes das autoridades e das funções administrativas, enquanto o registo e a organização de documentação e informações pelos serviços do notariado e de registos não é um exercício de funções administrativas típicas<sup>21</sup>.

Na ordem jurídica vigente em Macau, o principal objectivo do registo de transacções de imóveis e de direitos prediais é a publicidade da situação jurídica dos imóveis, para que se garanta a segurança das transacções<sup>22</sup>. O Código do Registo Predial, por um lado, através do efeito constitutivo e de oponibilidade de acto de registo, incentiva os interessados a promover os respectivos registos prediais quando possível

---

<sup>21</sup> O legislador de Portugal estava ciente desta diferença na elaboração da Lei n.º 65/93 (Acesso aos documentos da Administração), de 26 de Agosto de 1993, pelo que no seu n.º 7 do artigo 7.º se prevê que: “O acesso aos documentos notariais e registrais, aos documentos de identificação civil e criminal, ... rege-se por legislação própria.”

<sup>22</sup> Nos termos do artigo 1.º do Código do Registo Predial de Macau, “O registo predial destina-se essencialmente a dar publicidade à situação jurídica dos prédios, tendo em vista a segurança do comércio imobiliário.”



para assegurar a publicidade e transparência da situação jurídica dos imóveis no mercado e, por outro lado, através das informações registrais fornecidas pelo sistema de registo predial, proporciona aos interessados condições para o acesso fácil às informações pertinentes, o que, a certo nível, assegura uma confiança razoável dos interessados sobre as informações registadas e a segurança das transacções. Na realidade, o público ou os interessados podem adquirir facilmente conhecimento sobre a situação jurídica de determinado imóvel através de um documento designado por “Informações Escritas de Registo Predial (Busca)”.

Do ponto de vista da relação entre a protecção de dados pessoais e a publicidade de informações prediais registadas, deve-se reflectir é sobre como se pode coordenar as funções destes dois sistemas diferentes e conseguir um equilíbrio entre elas. Para além da situação jurídica do próprio imóvel, são registadas no registo predial informações tais como a identificação dos interessados, o seu estado civil e o regime de bens por eles adoptado. Porém, as disposições do regime de acesso ao registo predial são de carácter geral, determinando que qualquer pessoa pode pedir certidões dos actos de registo e dos documentos arquivados, bem como obter informações verbais ou escritas sobre o conteúdo de uns e outros. Os interessados podem também ter acesso directo, na conservatória e mediante terminal de computador, à informação contida nos registos informáticos<sup>23</sup>. Por isso, resolver o conflito suscitado entre o acesso às informações prediais registadas e a protecção de dados pessoais é, actualmente, um problema premente na legislação e na implementação dos regimes. Ao regime de registo predial de Portugal, que tem uma estrutura e conteúdo basicamente idênticos aos do de Macau, já foram introduzidas alterações pertinentes a este respeito, para que seja conseguido um equilíbrio adequado entre a função de publicidade do registo predial e a protecção dos dados pessoais dos titulares<sup>24</sup>.

No regime de registo comercial existe um problema quase idêntico. Nos termos do

---

<sup>23</sup> No n.º 1 do artigo 99.º do Código do Registo Predial de Macau, dispõe-se que “Qualquer pessoa pode pedir certidões dos actos de registo e dos documentos arquivados, bem como obter informações verbais ou escritas sobre o conteúdo de uns e outros.” Dispõe-se no seu n.º 6 que “Para fins exclusivamente de consulta, os utentes dos serviços têm acesso directo na conservatória, mediante terminal de computador, à informação contida nos registos informáticos.”

<sup>24</sup> Em conformidade com as respectivas disposições da Lei da Protecção de Dados Pessoais, estão previstas nos artigos 109.º-A a 109.º-F, do Decreto-Lei n.º 116/2008 de Portugal disposições relativamente sistemáticas no que diz respeito ao acesso, às restrições, à segurança de informação e à obrigação de sigilo. Quanto às alterações introduzidas e pareceres dados a esta matéria, pode-se consultar também o Parecer n.º 10/99 da Comissão Nacional de Protecção de Dados de Portugal.

antigo Código do Registo Comercial, relativamente às informações que constam do registo comercial, qualquer pessoa pode pedir certidões dos actos de registo e dos documentos arquivados, bem como obter informações verbais ou escritas sobre o conteúdo de uns e outros<sup>25</sup>. No entanto, é com apreço que se regista que o legislador veio a reconhecer o eventual conflito entre este tipo de disposição e o regime de protecção de dados pessoais, logo após a aprovação da Lei da Protecção de Dados Pessoais, e que através da Lei n.º 6/2012, aprovada posteriormente, introduziu limitações legais ao regime de registo comercial no que diz respeito ao âmbito e às condições de acesso<sup>26</sup>, por forma a minimizar ou a eliminar, no âmbito de legislação, os conflitos existentes entre regimes diferentes, dando um bom exemplo legislativo no que toca à resolução de conflitos entre a protecção de dados pessoais e os outros regimes jurídicos.

Quanto à utilização dos dados pessoais guardados nos ficheiros dos serviços públicos, tais como os serviços de registo civil, de identificação e de recenseamento eleitoral, satisfazer o objectivo inicial de registo, bem como permitir o acesso dos interessados a eles e a utilização destes dados para fins administrativos por parte dos serviços públicos constitui também uma relação de conflitos tensa que, devido a limitações de tempo e de espaço, não será aqui abordada.

---

<sup>25</sup> Nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Registo Comercial de Macau, antes da alteração introduzida pela Lei n.º 6/2012, “Qualquer pessoa pode pedir certidões dos actos de registo e dos documentos arquivados, bem como obter informações verbais ou escritas sobre o conteúdo de uns e outros.”

<sup>26</sup> Segundo o artigo 69.º-A da Lei n.º 6/2012, “1. Apenas o próprio empresário comercial, pessoa singular e as pessoas devidamente mandatadas podem solicitar a emissão de certidões ou informações escritas de que constem o tipo e o número do documento de identificação do empresário comercial. 2. Apenas os sócios ou membros do empresário comercial, pessoa colectiva, os titulares de órgãos sociais, assim como as pessoas devidamente mandatadas podem solicitar a emissão de certidões ou informações escritas de que constam o tipo e o número do documento de identificação dos sujeitos dos factos inscritos relacionados com esse empresário comercial.”

## **Capítulo III - Conexões interfrásicas**

### **3.1. Conexões interfrásicas em Português**

#### **3.1.1. Coesão textual**

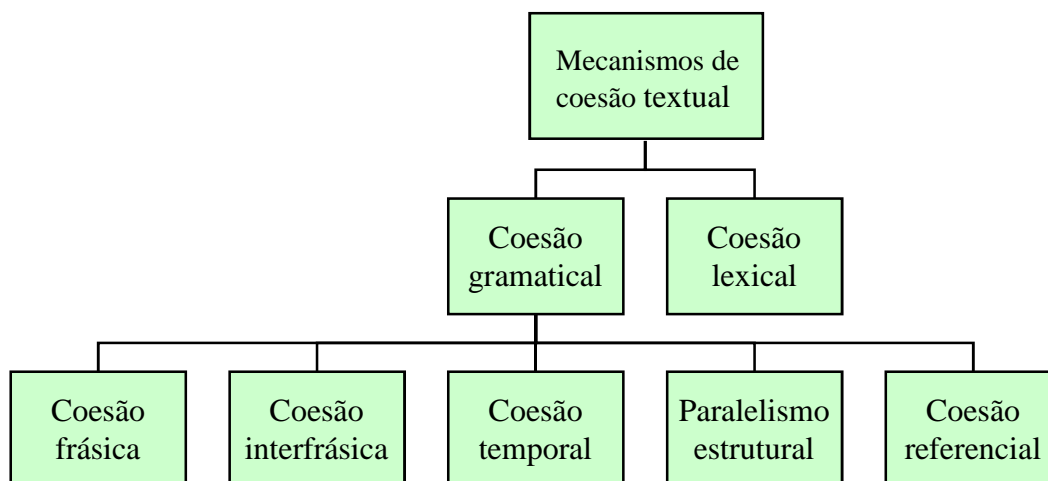
O exercício de tradução do texto jurídico apresentado no capítulo anterior levanta ao tradutor várias questões/interrogações, uma das quais é relativa aos elementos que estabelecem a coesão textual e, especificamente, as relações entre as frases do texto. Por esta razão, o presente capítulo vai incidir sobre as conexões interfrásicas, começando por abordar o conceito de coesão textual.

Segundo o Dicionário Terminológico, a coesão textual refere-se aos mecanismos que “compreendem processos léxico-gramaticais, de entre os quais se destacam as cadeias de referência, as reiteraões e substituições lexicais (coesão lexical), os conectores interfrásicos (coesão interfrásica) e a ordenação correlativa dos tempos verbais.”

De uma forma mais concisa, a coesão textual refere-se aos mecanismos linguísticos que asseguram a ligação entre os diferentes elementos textuais. Além disso, é um processo fundamental para se alcançar o objectivo final da comunicação, tanto ao nível da escrita como do oral, porque é a coesão que assegura a manutenção de certos valores semânticos nos textos. Assim, considera-se que um texto é coeso se as suas diferentes partes constitutivas estiverem articuladas e interligadas, garantindo a sua unidade semântica. Por isso, uma falha ao nível da coesão pode levar o leitor a entender mal o sentido do texto. Nesta linha, Figueiredo (2005: 763) preconiza que a coesão textual “depende de mecanismos linguísticos de tipo morfossintáctico e léxico-semântico que se actualizam em um conjunto de instruções à superfície dos discursos para que o destinatário da mensagem possa construir uma interpretação correcta, tendo em consideração a intencionalidade comunicativa”. Assume-se ainda que, de acordo com Mendes (2013: 1701), “um texto é coeso quando existe continuidade na apresentação e na articulação da informação veiculada pelas expressões linguísticas que o compõem”.

Também Duarte (2003) considera que a coesão textual pode ser dividida em

coesão gramatical, que se subdivide em coesão frásica, interfrásica, temporal e paralelismo estrutural, e em coesão lexical, como na Figura 1 abaixo:



**Figura 1: Categorização de mecanismos de coesão textual (Duarte, 2003: 90)**

### **3.1.2. Hipotaxe e parataxe**

Como visto acima, a coesão interfrásica é um tipo de conexão “assegurada por processos de sequencialização que exprimem vários tipos de interdependência semântica das frases que ocorrem na superfície textual” (Duarte, 2003: 91). Segundo a mesma autora, consoante o tipo de unidades linguísticas conectadas e o tipo de unidade resultante de tal conexão, pode falar-se de dois grandes processos que asseguram a coesão interfrásica: a hipotaxe (subordinação) e a parataxe (coordenação).

A hipotaxe é constituída por processos sintácticos que combinam constituintes em níveis hierárquicos distintos. De acordo com Raposo (2013: 1715), quando se combinam hipotaticamente dois constituintes, um deles depende do outro, semanticamente e estruturalmente. A subordinação pode ser considerada como o sinónimo de dependência entre frases: “A subordinação é a relação sintáctica estabelecida entre orações em que uma (subordinada) está sintacticamente dependente de outra (subordinante). Essa dependência sintáctica é evidenciada pelo facto de a oração subordinada desempenhar sempre uma função sintáctica relativamente ao elemento subordinante (palavra ou oração).” (Amorim e Sousa, 2013: 102). De entre

os vários tipos de subordinação<sup>27</sup>, será destacada neste trabalho apenas a subordinação adverbial por razões de espaço e tempo.

Em comparação com a hipotaxe, a parataxe caracteriza-se por combinar unidades que apresentam um grau de coesão menor e que não estabelecem entre si relações sintáticas de dependência hierárquica. Raposo (2013: 1719) engloba na conexão paratáctica a coordenação, a suplementação e a justaposição, porém, pelos motivos acima expostos, neste trabalho será abordado apenas o processo de coordenação.

A coordenação é um processo que envolve constituintes do mesmo nível, como explica Matos (2003: 551): “A coordenação é um processo de formação de unidades complexas. Caracteriza-se por combinar constituintes do mesmo nível categorial – núcleos ou constituintes plenamente expandidos, *i.e.*, sintagmas ou frases – que desempenham as mesmas funções sintáticas e semânticas. A expressão linguística resultante é uma unidade complexa que exhibe as mesmas funções dos termos iniciais.”

Quirk *et al.* (1985) reforçam esta ideia ao caracterizarem a diferença entre subordinação e coordenação da seguinte forma: “Both co-ordination and subordination involve the linking of units of the same rank; but in coordination the units are constituents at the same level of constituent structure, whereas in subordination they form a hierarchy, the subordinate unit being a constituent of the superordinate unit.” (p. 918).

Quando uma ligação é estabelecida por uma conjunção ou locução coordenativa, é designada coordenação sindética; por sua vez, se a conjunção se encontrar omitida, a coordenação é conhecida como assindética.

A relação estabelecida, quer de subordinação, quer de coordenação, entre as distintas orações de um texto contribuem significativamente para a coesão textual. Normalmente, são as conjunções, locuções conjuncionais, marcadores discursivos, bem como conectores adverbiais e preposicionais que contribuem para a conexão das ideias patentes nas orações.

---

<sup>27</sup> Na língua portuguesa, existem três tipos de estruturas de subordinação, sendo eles: as orações subordinadas substantivas (completivas e relativas sem antecedente expreso), as orações subordinadas adjectivais (ou relativas com antecedente expreso) e as orações subordinadas adverbiais (ou circunstanciais).

### 3.1.3. Conjunções, conectores e marcadores discursivos

As conjunções, conectores e marcadores discursivos são todos elementos que contribuem para a coesão textual (oral ou escrita), assegurando a interdependência semântica e pragmática entre as partes constitutivas de um texto.

As conjunções são palavras invariáveis que ligam palavras (apenas as coordenativas) ou orações (tanto as coordenativas como as subordinativas). Estas, juntamente com expressões geralmente adverbiais e preposicionais que as podem acompanhar, explicitam um determinado valor conectivo, assinalando ou exprimindo a coesão interfrásica. Além disso, as conjunções podem ocorrer isoladamente, como *e*, *ou*, *mas*. Quando uma conjunção coordenativa é constituída por um elemento, chama-se conjunção simples, mas quando é constituída por mais de um elemento (*i.e.*, locução conjuncional de coordenação) e assume a forma de uma expressão descontínua, chama-se conjunção correlativa.

Tendo em conta os seus comportamentos sintácticos distintos, as conjunções podem ser divididas em coordenativas e subordinativas (Amorim e Sousa, 2013: 217):

a) Conjunções coordenativas relacionam termos ou orações de idêntica função gramatical. De acordo com o nexo semântico que estabelecem, as conjunções coordenativas ainda podem ser subdivididas em (Cunha e Cintra, 1986: 576):

i) Conjunções aditivas (copulativas), que servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função (Cunha e Cintra, 1986: 576).

(1) “(...) é inevitável o aparecimento de conflitos entre vários direitos que se entrecruzam e competem entre si (...)” (Texto alvo, p. 17)

ii) Conjunções adversativas, que exprimem prototipicamente um contraste entre os membros coordenados (Matos, 2003: 566).

(2) “(...) já não tem uma natureza de defesa negativa, fundamentada no direito à privacidade clássico, **mas** sim uma natureza de direito de solicitação positiva.” (Texto alvo, p. 16)

iii) Conjunções alternativas (disjuntivas), que propõem uma escolha entre os termos coordenados. Se a escolha obrigar à selecção de um deles em detrimento do(s) outro(s), estamos perante disjunção exclusiva; no caso de os termos coordenados em alternativa serem compatíveis entre si, a disjunção diz-se inclusiva (Matos, 2003: 566).

(3) “(...) por forma a minimizar ou a eliminar, no âmbito de legislação, os conflitos existentes (...)” (Texto alvo, p. 22)

iv) Conjunções conclusivas, que servem para ligar à anterior uma oração que exprime conclusão ou consequência (Cunha e Cintra, 1986: 577).

(4) “**Por isso**, muitos países elaboram legislação sobre liberdade de informação, impondo ao governo que torne públicas, de forma adequada, as informações guardadas nos seus arquivos”. (Texto alvo, p. 17)

v) Conjunções explicativas, que ligam duas orações, a segunda das quais justifica a ideia contida na primeira (Cunha e Cintra, 1986: 577).

(5) “No entanto, os referidos diplomas legais limitam-se a apenas determinado aspecto, não existindo pois uma legislação geral que regule e proteja efectiva e eficazmente os dados pessoais.” (Texto alvo, p. 10)

O Quadro 1 abaixo ilustra os vários nexos semânticos associados às conjunções coordenativas e advérbios conectivos.<sup>28</sup>

<b>Classificação</b>	<b>Nexos semânticos elementares</b>	<b>Conjunções coordenativas</b>		<b>Advérbios conectivos tradicionalmente classificados como conjunção</b>
<b>Copulativa</b>	adição, sequencialização temporal	<b>simples</b>	<b>correlativas</b>	
		e, nem	não só... mas também, nem... nem, tanto... como, não só... como	
<b>Adversativa</b>	contraste, oposição	mas		contudo, porém, no entanto, todavia
<b>Disjuntiva</b>	alternativa	<b>simples</b>	<b>correlativas</b>	
		ou	ou...ou, seja... seja, nem... nem, ora... ora, quer... quer	
<b>Conclusiva</b>	conclusão, consequência	logo		portanto, assim, por conseguinte, por consequência, por isso
<b>Explicativa</b>	explicação	pois, que		

**Quadro 1: Conjunções coordenativas e advérbios conectivos para diversos nexos semânticos**

- b) Conjunções subordinativas introduzem sempre uma oração subordinada, ou seja, dependente estruturalmente de uma subordinante ou matriz. Esta característica distingue-as das conjunções coordenativas, uma vez que estas últimas também podem coordenar palavras.

<sup>28</sup> É de se referir que todos os quadros que se apresentam neste trabalho são exemplificativos, sem pretensões de exaustividade.



De acordo com o nexo semântico que explicitam, as conjunções/locuções subordinativas que introduzem orações adverbiais podem ser classificadas em temporais, finais, causais, concessivas, condicionais, comparativas e consecutivas (*Ferramentas para a Língua Portuguesa (FLiP) online*, Priberam, <https://www.flip.pt/FLiP-On-line/Gramatica/Morfologia-Partes-do-discurso/Conjuncao>):

i) Conjunções temporais:

(6) “(...) **quando** um determinado direito fundamental exercido por um titular do direito está em conflito com outro direito fundamental exercido por outrem, é considerado um conflito de direitos real (...)” (Texto alvo, p. 16)

ii) Conjunções finais:

(7) “Na ordem jurídica vigente em Macau, o principal objectivo do registo de transacções de imóveis e de direitos prediais é a publicidade da situação jurídica dos imóveis, **para que** sejam assegurada a segurança das transacções.” (Texto alvo, p. 20)

iii) Conjunções causais:

(8) “A par disso, **uma vez que** a tecnologia da informação tem características e complexidades próprias, os ajustamentos legislativos relativos à protecção de dados pessoais são abrangentes, essenciais, complexos e inconstantes, pelo que é necessário assegurar-se mos uma regulamentação adequada e protecção equilibrada (...)” (Texto alvo, p.11)

iv) Conjunções concessivas:

(9) “**Embora** parecidos, os dois são diferentes quanto ao objectivo.”  
(Texto alvo, p. 18)

v) Conjunções condicionais:

- (10) “Na sociedade de hoje, **se** faltar uma garantia legal plena e uma protecção concreta e efectiva dos dados e informações pessoais, uma série de direitos fundamentais relacionados com a dignidade humana e o desenvolvimento liberal da personalidade, (...) serão severamente ameaçados e prejudicados.”  
(Texto alvo, p. 8)

vi) Conjunções comparativas:

- (11) “Apenas os sócios ou membros do empresário comercial, pessoa colectiva, os titulares de órgãos sociais, **assim como** as pessoas devidamente mandatadas podem solicitar a emissão de certidões ou informações escritas (...)”  
(Texto alvo, p. 22)

vii) Conjunções consecutivas:

- (12) O registo de transacções de imóveis e de direitos prediais publicita a situação jurídica dos imóveis, **de forma que** garante a segurança das transacções. (adaptado do texto alvo, p. 20)

O Quadro 2 abaixo apresenta os vários nexos semânticos associados às conjunções subordinativas e locuções conjuncionais subordinativas (adaptado de Amorim e Sousa, 2013: 222-223):

Nexos semânticos	Conjunções subordinativas	Locuções conjuncionais subordinativas
<b>Temporal</b>	quando, mal, enquanto, apenas	agora que, desde que, antes que, assim que, logo que, depois que, até que, sempre que, todas as vezes que, cada vez que, antes de, depois de
<b>Final</b>	que (= para que)	para que, a fim de que, de modo a que, de maneira a que, a fim de (+ inf.)
<b>Causal</b>	porque, como, visto (+ inf.), dado (+ inf.)	pois que, uma vez que, visto que, já que, dado que
<b>Concessivo</b>	embora, conquanto, que, malgrado	ainda que, mesmo que, mesmo se, posto que, (se) bem que, nem que, por mais que, por menos que, não obstante
<b>Condicional</b>	se, caso	desde que, contanto que, salvo se, a menos que, a não ser que
<b>Comparativo</b>	(do) que, qual (depois de tal), quanto (depois de tanto), como	assim como, bem como, como se, que nem
<b>Consecutivo</b>	que	de forma que, de maneira que, de modo que, de sorte que

**Quadro 2: Conjunções subordinativas e locuções conjuncionais subordinativas para diversos nexos semânticos**

Deve-se referir ainda que os conectores englobam elementos linguísticos pertencentes a diferentes classes de palavras, nomeadamente conjunções, advérbios ou interjeições. Desempenham também a função de conectores palavras ou expressões que asseguram uma ligação significativa entre enunciados, especificando o tipo de conexão existente entre eles (*e.g.*, causa, tempo, contraste, entre outros), sendo estes elementos pistas linguísticas que guiam a interpretação do leitor ou do ouvinte. O uso correcto dos conectores permite, assim, uma maior coesão textual e facilita a compreensão global do texto.

Apesar de conjunções e conectores parecerem conceitos semelhantes, há diferenças formais importantes entre eles: embora as conjunções coordenativas possam ser consideradas como uma subclasse específica de conectores, nem todos os conectores que surgem em estruturas de coordenação são conjunções (Matos, 2003: 559). Os conectores, sendo expressões de um âmbito mais geral do que as conjunções, ocorrem tanto em domínios de coordenação como de subordinação.

Segundo Lopes (2010: 246), “Os conectores devem ser entendidos como marcas de relação de sentido entre segmentos textuais, mas sempre em interface com os valores temporais (e modais) expressos pelos seus núcleos verbais”. Assim sendo, na análise do uso de conectores, é necessário ter em conta também o tempo e modo verbais porque a combinação entre um determinado conector e o tempo / modo verbal seleccionado determina a interpretação de enunciado.

Apresenta-se a seguir um quadro sinóptico das conexões paratáticas, indicando, para cada nexos semântico, as conjunções coordenativas ou os conectores paratáticos mais frequentemente usados:

Nexos semânticos	Conjunções coordenativas		Conectores adverbiais e preposicionais
	simples	correlativas	
<b>Adição</b>	e, nem	não só... mas também, nem... nem, tanto... como, não só... como	adicionalmente, finalmente, em seguida, por fim, em primeiro lugar, por um lado, por outro lado, etc.
<b>Enumeração</b>	e		ainda, também, do mesmo modo, pela mesma razão, para além do mais, além disso, igualmente, etc.
<b>Síntese</b>			assim, em conclusão, em suma, em síntese, em resumo, etc.

	<b>simples</b>	<b>correlativas</b>	
<b>Disjunção</b>	ou	ou... ou, nem... nem, ou... ora, quer... quer, seja... seja	alternativamente, das duas uma, etc.
<b>Confirmação</b>	e		na realidade, com efeito, efectivamente, de facto, na verdade, etc.
<b>Conclusão</b>	logo		assim, em conclusão, logo, etc.
<b>Sequencialização temporal</b>	e		antes, entretanto, em seguida, seguidamente, durante, então, depois, posteriormente, etc.
<b>Inferência</b>	e (inferencial)		assim, então, deste modo, portanto, por isso, consequentemente, daí, logo, pois, em consequência, por conseguinte, por esta razão, etc.
<b>Contraste</b>	mas		porém, mais correctamente, todavia, contrariamente, pelo contrário, por oposição, em vez de, ainda assim, apesar de, contudo, mais precisamente, no entanto, mesmo assim, etc.
<b>Explicitação/ particularização</b>	pois, que		especificamente, quer dizer, ou seja, tais como, isto é, por exemplo, nomeadamente, em particular, etc.

**Quadro 3: Conjunções coordenativas e conectores paratáticos mais usados para diversos nexos semânticos**

Apresentam-se de seguida exemplos de alguns<sup>29</sup> dos nexos semânticos indicados no quadro acima:

(i) Adição

(13) “Forma-se uma relação triangular entre o titular de dados, o governo e o público, constituída, **por um lado**, (...) e, **por outro lado**, (...)” (Texto alvo, p. 19)

(ii) Enumeração

(14) “**Para além disso**, o objecto do acesso no direito à informação do público é principalmente (...)” (Texto alvo, p. 20)

(iii) Disjunção

(15) “Por fim, se a dignidade humana, o mais valioso de todos os direitos, for também prejudicada **ou** até perdida, (...)” (Texto alvo, p. 9)

(iv) Confirmação

(16) “**De facto**, o direito aos dados pessoais (...)” (texto alvo, p. 13)

(v) Sequencialização temporal

(17) “**Posteriormente**, o direito à privacidade foi estabelecido” (texto alvo, p. 13)

(vi) Inferência

(18) “**Daí** ter aparecido no início, nos Estados Unidos, a exigência de conferir às pessoas o direito à privacidade” (texto alvo, p. 13)

---

<sup>29</sup> São ilustrados aqui só os tipos de nexo semântico cujos exemplos são encontrados no texto alvo.

(vi) Contraste

(19) “Todavia, devido ao facto de a aplicação da tecnologia da informação à realidade ser muito ampla, os dados pessoais são tratados por meios informáticos” (texto alvo, p. 11)

(vii) Explicitação/particularização

(20) “(...) vários tipos de direito e interesse reivindicados coexistem, (...), especificamente, interesses particulares e públicos (...)” (texto alvo, p. 16)

No entanto, Lobo (2003: 114) chama a atenção para a polissemia de alguns conectores, afirmando que “Em português, constatamos que a maioria dos conectores é monovalente (e.g. porque, logo que...) e que apenas alguns conectores podem ser polivalentes.” Por exemplo, conectores polivalentes são uma vez que, que tanto pode ser temporal como causal, e como, que veicula informação de modo, causa e conformidade (cf. exemplos (21) - (23), do texto alvo).

(21) “Como se decide a prevalência dos dois, no caso concreto, por forma a resolver conflitos, constitui uma questão relevante (...)” (texto alvo, p. 19) —> Modo

(22) “Como se sabe, o objecto do direito à informação do público é (...)” (texto alvo, p. 19) —> Causa

(23) “A este respeito, tal como em qualquer direito e correspondente sistema de protecção (...)” (texto alvo, p. 12) —> Conformidade

Como é de prever, esta polissemia ao nível dos conectores gera inevitavelmente ambiguidade. Situações semelhantes acontecem também com as conjunções<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Cunha e Cintra (1986: 586), após a classificação das orações subordinadas adverbiais, tecem o seguinte comentário a respeito da ‘polissemia conjuncional’: “Algumas conjunções subordinativas (*que, como, porque, se*, etc.) podem pertencer a mais de uma classe. Sendo assim, o seu valor está condicionado ao contexto em que se inserem, nem sempre isento de ambiguidade, pois que há circunstâncias fronteiriças: a condição da concessão, o fim da consequência, etc.”

Van Dijk (1988: 83) designa a coesão interfrásica por “conexão”. No entanto, o autor entende que a conexão não implica a presença obrigatória de um conector<sup>31</sup>, porque, por vezes, as orações podem estar ligadas sem terem a presença explícita de conectores. Do mesmo modo, nem sempre o uso de conectores faz com que as orações estejam “conectadas”.

Relativamente aos marcadores discursivos, englobam-se vários elementos linguísticos que não desempenham qualquer função ao nível da frase, mas permitem estabelecer conexões entre enunciados, de modo a construir um discurso coeso e coerente.<sup>32</sup> O emprego dos marcadores discursivos orienta a interpretação do leitor / ouvinte e organiza o discurso, permitindo nomeadamente, tal como já se referiu acima,

- (i) ordenar a informação (ou seja, funcionam como estruturadores da informação): *por um lado, por outro lado, em primeiro lugar, para concluir*, etc.
- (ii) reformular o enunciado, explicando-o ou rectificando-o (*i.e.*, são reformuladores): *ou seja, isto é, quer dizer, por outras palavras, ou melhor, pelo que referi anteriormente*, etc.
- (iii) reforçar e concretizar ideias (*i.e.*, operadores discursivos): *de facto, efectivamente, na verdade, por exemplo, mais especificamente*, etc.
- (iv) gerir a relação interlocutiva (*i.e.*, marcadores conversacionais): *ouve, olha, presta atenção*, etc.

(Adaptado de Amorim e Sousa, 2013: 75)

---

<sup>31</sup> É apresentado pelo autor um exemplo que ilustra essa situação: “Amsterdam es la capital de Holanda. Tiene 800.000 habitantes.” (van Dijk, 1988: 84) Neste exemplo, o sujeito nulo da oração ‘tiene 800.000 habitantes’ assegura a relação com a frase anterior, referindo-se a ‘Amsterdam’.

<sup>32</sup> Os conectores “São uma classe de marcadores discursivos, que ligam um enunciado a outro enunciado ou uma sequência de enunciados a outra sequência, estabelecendo uma relação semântica e pragmática entre os membros da cadeia discursiva, tanto na sua realização oral como na sua realização escrita. (...)” (*Dicionário Terminológico*, DGE)



<b>Marcadores discursivos</b>	<b>Exemplos</b>
<b>Temporais</b> (indicam relações temporais entre as frases ou orações)	quando, enquanto, por fim, depois, em seguida, antes, entretanto, então...
<b>Contrastivos ou contra-argumentativos</b> (indicam relações de oposição)	mas, embora, no entanto, apesar de, pelo contrário, contrariamente, por oposição...
<b>Aditivos</b> (acrescentam informação)	e, também, além disso, mais ainda, igualmente, do mesmo modo, pela mesma razão, adicionalmente, ainda...
<b>Explicativos e conclusivos</b> (indicam uma relação causa-efeito)	Porque, por isso, consequentemente, pois, portanto, logo, por conseguinte, por esta razão, deste modo, então, de maneira que...
<b>Confirmativos/ Exemplificativos</b>	por exemplo, de facto, efectivamente, com efeito...
<b>Reformulativos</b>	quer dizer, ou seja, isto é, por outras palavras...
<b>Síntese / conclusão</b>	em resumo, em suma, concluindo, para concluir...
<b>Alternativos</b>	Ou, alternativamente, em alternativa...

#### **Quadro 4: Valores dos principais marcadores discursivos**

(Amorim e Sousa, 2013: 76)

#### **3.1.4. Orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de participípio**

Segundo Duarte (2003: 105), as expressões adjectivais e frases não finitas podem ser utilizadas em alternativa aos conectores. Contam-se, entre as primeiras, *primeiro*, *segundo*,... exprimindo listagem enumerativa e, entre as segundas, *para começar*, *continuando*, *acabada*.

De acordo com a forma verbal utilizada, é possível distinguir orações finitas de orações não finitas. As orações finitas, também conhecidas como orações

desenvolvidas, são aquelas cujos verbos se encontram flexionados em tempo-modo e pessoa-número. As orações não finitas, também conhecidas como orações reduzidas, apresentam-se no infinitivo, no gerúndio ou no particípio passado, sendo também chamadas de formas nominais, e caracterizam-se por não poderem exprimir, por si só, nem o tempo nem o modo, estando sempre dependentes do contexto em que se inserem (cf. Cunha e Cintra, 1984: 480).

#### **3.1.4.1. Orações reduzidas de infinitivo**

Consideram-se formas não finitas do verbo as formas de infinitivo flexionado ou não flexionado, ou seja, o infinitivo pessoal e impessoal. Apesar de não exprimir por si só nem tempo nem modo, o infinitivo (impessoal e pessoal) exprime um aspecto não concluído, na sua forma simples, e um aspecto concluído, na sua forma composta.

As orações reduzidas de infinitivo distinguem-se das outras duas formas nominais pela sua aplicação mais abrangente às diversas subclasses das orações subordinadas adverbiais, nomeadamente a orações subordinadas finais (Cf. Quadro 5 abaixo). Isto que dizer que quando a oração adverbial final é não finita apenas pode ser infinitiva, podendo ser introduzida pela preposição *para* ou por locuções prepositivas como *a fim de*, *com o fim de*, entre outras (Amorim e Sousa, 2013: 108).

(24) “Ao trazer uma prosperidade material enorme para os seres humanos, a sociedade industrial quebra simultaneamente a tranquilidade inerente à sociedade agrícola.” (texto alvo, p. 13)

(25) “Para analisar melhor os fenómenos dos diversos conflitos que ocorrem durante o processo de protecção de dados pessoais e apresentar, consequentemente, soluções pertinentes, é necessário analisar primeiro a origem desses conflitos, (...)” (texto alvo, p. 12)

#### 3.1.4.2. Orações reduzidas de particípio

O particípio tem um valor temporal de passado que está associado a um valor aspectual concluído. Portanto, a oração participial assinala sempre um tempo anterior ao tempo da respectiva oração subordinante. Esse tempo passado corresponde à expressão “uma vez” ou “uma vez já”, que pode introduzir a oração participial.

(26) “Assinado o contrato, as partes devem reunir-se uma vez por mês.”

#### 3.1.4.3. Orações reduzidas de gerúndio

Segundo Lobo (2006: 3), as orações gerundivas não podem ser introduzidas por conectores que tipicamente introduzem domínios finitos (*e.g.*, *quando*, *se...*), não podendo também ser introduzidas por conectores de tipo preposicional (*e.g.* *por*, *para...*). Embora as gerundivas não tenham conectores preposicionais, podem ter conectores de tipo adverbial, como *mesmo* ou *embora*. Uma excepção aparente à impossibilidade de as gerundivas serem preposicionadas corresponde às gerundivas introduzidas por *em*.

(27) “Para além disso, tendo em consideração a ampla aplicação da videovigilância na protecção da segurança pública e no combate à criminalidade, foi formulada (...)” (texto alvo, p. 10)

No quadro que se segue, apresenta-se a utilização ou não utilização (Ø) de conjunções ou locuções adverbiais nos diversos tipos das orações subordinadas adverbiais, finitas e não finitas:

Nexos semânticos	Conjunções coordenativas		Adverbiais não finitas
	Indicativo	Conjuntivo	
<b>Causal</b>	porque, como, que; visto que, uma vez que, dado que		dado, visto, por causa de, por + infinitivo Ø + gerúndio Ø + particípio
<b>Final</b>		para que	para, a fim de + infinitivo
<b>Temporal</b>	quando, mal enquanto; assim que, logo que + tempos verbais	quando, mal, enquanto; assim que, logo que, antes que + tempos do futuro	antes de, depois de + infinitivo Ø, sem + gerúndio Ø, uma vez + particípio
<b>Concessiva</b>		embora; ainda que, se bem que	apesar de + infinitivo
<b>Condicional</b>		se, caso; desde que	A + infinitivo Ø + gerúndio Ø + particípio
<b>Comparativa</b>	como, do que		
<b>Consecutiva</b>	que		a ponto de + infinitivo

**Quadro 5: Conjunções ou locuções adverbiais para orações finitas e não finitas**

(Costa, 2012: 248)

### 3.2. Conexões interfrásicas em Chinês

Na língua chinesa, devido à inexistência das formas nominais do verbo – o infinitivo, o gerúndio e o particípio passado –, a coesão interfrásica só pode ser assegurada por meio do emprego de elementos linguísticos, tais como conjunções e conectores. Assim sendo, será abordado principalmente nesta secção o uso de conectores e marcadores discursivos em chinês.

À semelhança do que acontece na língua portuguesa, a conjunção é uma palavra invariável na língua chinesa, com a função de ligar palavras ou orações, e não desempenha qualquer função sintáctica na oração que introduz. Para além disso, nesta língua, as conjunções podem também ser divididas em coordenadas e subordinadas, as quais podem, por sua vez, ser subdivididas em vários tipos.

No Quadro 6, a seguir, apresenta-se a classificação das conjunções coordenadas e conectores paratáticos indicada por Liu (2001), observando-se que, tal como em português, também em chinês os conectores estão associados a valores semânticos concretos:

Nexos semânticos	Conjunções coordenativas	Conectores paratáticos
<b>Copulativo</b>	和 (hé, <i>e</i> ), 跟 (gēn, <i>e</i> ), 同 (tóng, <i>e</i> ), 與 (yǔ, <i>e</i> )	既.....又 (jì...yòu, ... <i>e</i> ...)
<b>Sucessivo</b>	以至 (yǐzhì, <i>até</i> ), 於是 (yúshì, <i>então</i> )	首先.....然後 (shǒuxiān...ránhòu, <i>primeiro...depois</i> )
<b>Progressivo</b>	並 (bìng, <i>e</i> ), 並且 (bìngqiě, <i>também</i> ), 而 (ér, <i>e</i> ), 而且 (érqiě, <i>também</i> )	不但.....而且..... (bùdàn...érqiě, <i>não só... mas também</i> ) 不僅.....還..... (bùjǐn...hái..., <i>não só... mas também</i> )
<b>Alternativo</b>	或 (huò, <i>ou</i> ), 或者 (huòzhě, <i>ou</i> ), 還是 (háishì, <i>ou</i> )	不是.....就是 (bùshì...jiùshì, <i>ou... ou...</i> )

**Quadro 6: Conjunções coordenativas e conectores paratáticos da língua chinesa, por nexos semânticos<sup>33</sup>**

<sup>33</sup> O quadro é elaborado com base em informações dispersas presentes nos quadros que constam da obra de Liu (2001: 313, 888 e 889).

A partir do quadro 6, verifica-se que, no grupo copulativo, a conjunção mais utilizada é *e* e que há quatro formas diferentes para exprimir para o mesmo valor em chinês - 和 (hé), 跟 (gēn), 同 (tóng) e 與 (yǔ)<sup>34</sup>. De facto, o sentido dos quatro caracteres chineses é o mesmo, no entanto, um é melhor do que os outros em certas situações. Segundo Li (2017), como o significado da conjunção “*e*” pode variar muito em situações distintas, o que pesa mais na tradução deve ser o contexto do texto. De facto, há ainda mais formas para exprimir a conjunção *e* em chinês, sendo este apenas um exemplo ilustrativo.

No que concerne as conjunções subordinadas, estas podem ser classificadas em nove subclasses, consoante o seunexo semântico:

Nexos semânticos	Conjunções subordinadas	Conectores hipotáticos
<b>Causal</b>	因為 (yīnwèi, <i>porque</i> ), 由於 (yóuyóu, <i>como</i> ), 所以 (suǒyǐ, <i>por isso</i> ), 因此 (yīncǐ, <i>por isso</i> )	因為.....所以 (yīnwèi...suǒyǐ, <i>porque... por isso</i> )
<b>Adversativo</b>	可是 (kěshì, <i>mas</i> ), 然而 (rán'ér, <i>no entanto</i> , <i>todavia</i> ), 不過 (bùguò, <i>no entanto</i> , <i>todavia</i> )	雖然.....但是..... (suīrán...dànshì, <i>embora, mas</i> ),
<b>Condicional</b>	無論 (wúlùn, <i>seja qual for</i> ), 只要 (zhǐyào, <i>desde que</i> ), 除非 (chúfēi, <i>a não ser que</i> )	只要.....就 (zhǐyào...jiù, <i>...desde que...</i> ), 無論.....都 (wúlùn...dōu, <i>...seja qual for...</i> )
<b>Supositivo</b>	如果 (rúguǒ, <i>se</i> ), 要是 (yàoshi, <i>caso</i> )	假如.....就 (jiǎrú...jiù, <i>Se..., ...</i> ), 要是.....就 (yàoshi,... jiù, <i>Caso..., ...</i> )

<sup>34</sup> Yip e Rimmington (2004: 328) fazem uma distinção simples sobre os quatro caracteres chineses: 和 (hé) - neutral, 跟 (gēn) – coloquial, do norte, 同 (tóng) – coloquial, do sul e 與 (yǔ) - formal.

<b>Concessivo</b>	雖然 (suīrán, <i>embora</i> ), 儘管 (jǐnguǎn, <i>apesar de</i> ), 即使 (jíshǐ, <i>mesmo que</i> )	雖然.....但是 (suīrán...dànshì, <i>embora, mas</i> ), 即使.....也..... (jíshǐ...yě, ... <i>mesmo que...</i> )
<b>Preferencial</b>	---	與其.....不如..... (yǔqí...bùrú..., <i>preferir...a ...</i> ), 寧可.....也不..... (nìngkě...yě bù..., <i>preferir...a ...</i> )
<b>Final</b>	爲了 (wèile, <i>para</i> ), 以便 (... <i>de modo a...</i> ), 免得 (miǎndé, ... <i>para evitar...</i> )	---
<b>Temporal</b>	---	就 (jiù. <i>Mal...</i> , ...), 才 (cái, ... <i>depois que...</i> )
<b>Paralelo</b>	---	越.....越..... (yuè...yuè..., <i>mais...</i> , <i>mais...</i> ), 誰.....誰..... (shuí...shuí..., <i>quem...</i> , <i>quem...</i> )

**Quadro 7: Conjunções subordinadas e conectores hipotáticos da língua chinesa por nexos semânticos<sup>35</sup>**

Com base nos quadros 6 e 7, constata-se que, para além de conjunções, existem também na língua chinesa conectores. Como na língua portuguesa, a função dos conectores é a ligação de orações. Para além disso, semelhante à língua portuguesa<sup>36</sup>, os conectores são constituídos por conjunções e advérbios conectivos na língua chinesa, como referido por Liu (2001).

<sup>35</sup> À semelhança do quadro 6, este quadro é elaborado com base em informações dispersas presentes nos quadros que constam da obra de Liu (2001: 314, 889 e 890).

<sup>36</sup> “Podem funcionar como conectores principalmente elementos pertencentes à classe das conjunções e dos advérbios conectivos.” (Amorim e Sousa, 2013: 76)

Como as outras conjunções, as conjunções “因爲” (yīnwèi, *porque*) e “所以” (suǒyǐ, *por isso*) podem aparecer individualmente numa frase, mas podem também aparecer de forma correlativa, como “因爲.....所以” (yīnwèi....suǒyǐ, *porque...por isso*) para exprimir o nexo de causalidade entre as duas orações. Neste caso, a expressão “因爲.....所以” (yīnwèi....suǒyǐ, *porque...por isso*) é considerada um conector. É de referir que, devido à diferença estrutural entre as duas línguas, o conceito de locuções conjuncionais não existe na língua chinesa.

Os marcadores discursivos podem ser considerados elementos linguísticos relativamente novos na área sintáctica na China. Zhou Mingqiang (2015) refere que o estudo sobre os mesmos começou na China há apenas pouco mais de uma década e que o estudo está ainda numa fase de estudos de caso em vez de uma análise sistemática destes elementos (Zhou, 2015: 1). Para além disso, discordando da classificação proposta por Fraser<sup>37</sup> (1999), Sun e Fang (2011) fizeram uma análise relativamente pormenorizada sobre a matéria e, tendo em consideração a natureza da língua chinesa, classificam os marcadores discursivos em dezassete tipos, a saber: 1) conformativo (*segundo*); 2) discursivo (*francamente*); 3) conclusivo (*em suma*); 4) ordinal (*primeiro*); 5) com valor de comentário (*que bom*); 6) elaborativo (*ao meu ver*); 7) organizador de tópico (*por outro lado*); 8) imperativo (*oiça*); 9) decisivo (*sem dúvida*); 10) afirmativo (*tenho a certeza*); 11) contrastivo (*no entanto*); 12) explicativo (*de facto*); 13) causal (*por isso*); 14) temporal (*em seguida*); 15) exemplificativo (*por exemplo*); 16) de cortesia (*com licença*); 17) retardativo (*Isto...*).

Contudo, Yip (2004: 345) refere que orações podem estar ligadas sem a presença explícita de conectores na língua chinesa, uma ideia muito parecida com aquela proposta por van Dijk (1988) (cf. secção 3.1.3.). Yip (*ibid.*) afirma que “This happens when the two clauses are set in apposition to each other and the meaning of the second clause is in some way sequential on the meaning of the first.”, como em (28):

---

<sup>37</sup> Fraser (1999) classifica os marcadores discursivos em quatro tipos: 1) contrativo (*mas*); 2) elaborativo (*e*); 3) inferencial (*naturalmente*) 4) mudança de tópico (*a propósito*).



(28) “工多藝熟”<sup>38</sup>

Pinyin: gōng duō yì shú

Trad. literal: trabalho muito técnica hábil

‘O uso faz o mestre.’

Neste exemplo, o significado da frase está muito claro, tanto em chinês como em português, não recorrendo a qualquer conector. No exemplo seguinte, o conector é necessário só em português e não em chinês:

(29) “門當戶對”<sup>39</sup>

Pinyin: mén dāng hù duì

Trad. literal: porta deve ser porta igual

‘Se queres casar bem, casa com o teu igual.’

Em (29), é necessária a conjunção subordinativa *se* em português porque as duas frases (‘se queres casar bem’ e ‘casa com o teu igual’) estabelecem uma relação de condição que é assegurada pela conjunção. No entanto, nenhuma conjunção é necessária em chinês.

### 3.3. Análise de casos específicos com base na tradução

Como texto alvo da presente dissertação, foi escolhido um texto argumentativo porque é característica frequente deste tipo de texto recorrer a subordinação adverbial (sobretudo a orações comparativas, condicionais, causais, concessivas e consecutivas) e haver, por isso, abundância de conectores, o que facilita a abordagem do tema linguístico deste trabalho – as conexões interfrásicas.

Em vez de dividir esta secção em duas partes distintas, conexões paratáticas e hipotáticas, optou-se por analisar os dois tipos de conexão ao mesmo tempo, utilizando uma frase completa da língua de partida como uma unidade linguística para os efeitos de análise.

---

<sup>38</sup> Provérbio chinês e respectiva tradução de Ngan (2007: 38).

<sup>39</sup> Provérbio chinês e respectiva tradução de Ngan (2007: 144).

Para além de dar exemplos de conexão paratáctica (estrutura de coordenação) ou hipotáctica (estrutura de subordinação), são apresentadas as conjunções, os conectores ou os marcadores discursivos encontrados no texto. A par disso, são apresentadas também orações reduzidas de forma nominal, mais especificamente no infinitivo e no gerúndio.

Uma frase longa e complexa pode dificultar a compreensão do leitor. Nos exemplos dados, mostra-se como se pode inserir na versão portuguesa uma pausa numa frase longa, recorrendo ao emprego dos conectores.

Para ilustrar devidamente os casos observados e facilitar a comparação entre as duas línguas em estudo, cada exemplo desta secção é dividido em quatro partes: chinês, pinyin, tradução literal e tradução final (em português).

(30)

Chinês	越來越多的國家和地區制定了專門的個人資料保護法， <u>賦予</u> 資料當事人對其個人資料享有各種權利和自由，并通過各種民事的、行政的和刑事的保護與救濟措施以及成立專門機構， <u>具體落實和有效保護</u> 資料當事人的權利。
Pinyin	Yuè lái yuè duō de guójiā hé dìqū zhìdìng le zhuānmén de gèrén zīliào bǎohù fǎ, fùyǔ zīliào dāngshìrén duì qí gèrén zīliào xiāngyǒu gèzhǒng quánlì hé zìyóu, bìng tōngguò gèzhǒng mínhì de, xíngzhèng de hé xíngshì de bǎohù yǔ jiùjì cuòshī yǐjí chénglì zhuānmén jīgòu, jùtǐ luòshí hé yǒuxiào bǎohù zīliào dāngshìrén de quánlì
Tradução literal	Mais e mais países e regiões elaborar específica pessoal dado protecção lei, conferir dados titular perante seu pessoal dado gozar vários tipos direito e liberdade, e através vários tipo civil, administrativo e penal protecção e auxiliar medida e estabelecer específica instituição, <u>concretamente implementar</u> e efectivamente proteger dado titular Part. direito
Tradução final	Cada vez mais países e regiões administrativas elaboram diplomas legais específicos para a protecção de dados pessoais, <u>conferindo</u> aos titulares de dados vários direitos e liberdades sobre os seus dados pessoais e <u>protegendo</u> efectivamente os direitos desses titulares, através de várias medidas de protecção e de apoio de natureza civil, administrativa e criminal ou por meio do estabelecimento de um organismo específico.

Como verificamos no exemplo (30), a frase tem uma estrutura de subordinação, sendo a oração subordinante “*Cada vez mais países e regiões administrativas elaboram diplomas legais específicos para a protecção de dados pessoais*”, e “*conferindo aos titulares de dados vários direitos e liberdades sobre os seus dados pessoais*” e “*protegendo efectivamente os direitos desses titulares, através de várias medidas de protecção e de apoio de natureza civil, administrativa e criminal ou por meio do estabelecimento de um organismo específico*” as orações subordinadas gerundivas. As últimas são também conhecidas como orações reduzidas de gerúndio que exercem a função de conector na frase de que fazem parte (cf. secção 3.1.4.). Estas duas orações subordinadas também podem ser classificadas como orações adverbiais causais não finitas, porque asseguram um nexos semântico de causa (na subordinante)-efeito (nas subordinadas).

Além disso, a conjunção copulativa mais comum (*e*) foi utilizada várias vezes na frase para ligar palavras (*países e regiões*) e orações (*conferindo (...)* e *protegendo (...)*), respectivamente.

No que respeita à técnica de tradução, é de referir que, em vez de seguir a ordem do original, a oração “protegendo efectivamente os direitos desses titulares” foi colocada antes do constituinte “através de várias medidas de protecção e de apoio de natureza civil, administrativa e criminal ou por meio do estabelecimento de um organismo específico” por forma a melhorar a interpretação da frase, porque desta forma é estabelecida, dentro do período, uma estrutura de coordenação paralela (Matos, 2003: 578), constituída por duas orações reduzidas de gerúndio, “*conferindo aos titulares de dados vários direitos e liberdades (...)*” e “*protegendo efectivamente os direitos desses titulares (...)*”, ligadas por conjunção *e*. A outra razão para tal organização em português é que o referido constituinte (*através de várias medidas de protecção e de apoio de natureza civil, administrativa (...)*) contém só informação secundária.

É de apontar também que a expressão “concretamente implementar” não foi traduzida porque a expressão “protegendo efectivamente” já exprime a ideia de uma implementação efectiva e assim a frase fica mais natural em português, sem duplicar informação. Na versão chinesa, a conjunção “并” (*e*) é utilizada para ligar a oração gerúndiva “*conferindo aos titulares de dados vários direitos e liberdades (...)*” e o

constituente “através de várias medidas de protecção e de apoio de natureza civil, administrativa (...)”, enquanto a conjunção e, na versão portuguesa, é utilizada para ligar as duas orações gerúndivas.

(31)

Chinês	多年來該機構通過處理具體個案及發出各種指引和意見書等多種方式，有效落實了法律所賦予的執行、監察、協調職能， <u>使</u> 澳門在個人資料保護問題上緊隨當前的國際化趨勢， <u>擺脫</u> 了過往澳門這個“熟人社會”對個人隱私和個人資料的權利意識淡薄以及保護力度不夠的現象， <u>使</u> 《澳門基本法》所規定的人格尊嚴及私人 and 家庭生活隱私等基本權利 <u>得到</u> 進一步實現。
Pinyin	Duōnián lái gāi jīgòu tōngguò chǔlǐ jùtǐ gè'àn jí fāchū gèzhǒng zhǐyǐn hé yìjiàn shū děng duōzhǒng fāngshì, yǒuxiào luòshíle fǎlǜ suǒ fùyǔ de zhíxíng, jiānchá, xiétiao zhínéng, shǐ àomén zài gèrén zīliào bǎohù wèntí shàng jǐn suí dāngqián de guójì huà qūshì, bǎituōle guòwǎng àomén zhège "shúrén shèhuì" duì gèrén yǐnsī hé gèrén zīliào de quánlì yìshí dànbó yǐjí bǎohù lìdù bùgòu de xiànxiàng, shǐ "àomén jībēnfǎ" suǒ guīdìng de réngé zūnyán jí sīrén hé jiātíng shēnghuó yǐnsī děng jībēn quánlì dédào jìnyībù shíxiàn
Tradução literal	Muitos anos vir esta instituição através de tratar concreto caso e emitir vários tipos orientações e pareceres, etc. várias formas, efectivamente concretizar Part. lei conferir Part. execução, fiscalização, coordenação função, tornar Macau Prep. pessoal dado protecção questão Prep. seguir de perto presente internacional tendência, se livrar de Part. passado Macau este “conhece-se bem pessoa sociedade” perante pessoal privacidade e pessoal dado Part. direito consciência fraca e protecção força insuficiente Part. fenómeno, tornar “Macau Básico Lei” Part. dispor Part. personalidade dignidade e pessoal e família vida privacidade etc. fundamental direito obter mais um passo realizar

Tradução final	Ao longo dos anos, a instituição tem concretizado as funções de execução, fiscalização e coordenação que lhe estão atribuídas pela lei através de diversos meios, <b><u>nomeadamente</u></b> tratamento de casos concretos e emissão de orientações e pareceres, <b><u>para que</u></b> Macau acompanhe a tendência internacional em relação à questão da protecção de dados pessoais, <b><u>corrigindo</u></b> o fenómeno de uma fraca consciência sobre o direito à privacidade e à protecção de dados pessoais, <b><u>bem como</u></b> uma protecção deficiente dos mesmos, <b><u>possibilitando</u></b> assim uma melhor concretização do direito à dignidade humana e à reserva da intimidade da vida privada e familiar consagrados na Lei Básica de Macau.
----------------	---

No exemplo (31) observam-se conexões paratáticas e hipotáticas. O advérbio *nomeadamente* funciona como um conector paratático com o valor de explicitação/particularização, que tem por objectivo acrescentar informações mais específicas e pormenorizadas ao que acabou de ser dito.

A oração introduzida por *para que* (locução subordinativa final) é uma subordinada adverbial final que visa a indicar a finalidade da realização da situação apresentada na subordinante.

Como no exemplo (30), encontram-se no exemplo (31) duas orações reduzidas de gerúndio (*corrigindo o fenómeno...* e *possibilitando assim uma melhor...*) que são orações subordinadas causais, como no exemplo anterior. Para além de modificar a oração subordinante, as duas orações reduzidas de gerúndio desempenham a função de conector na frase.

Normalmente, a locução conjuncional *bem como* pode ser classificada como uma locução conjuncional subordinativa do tipo comparativo, mas não é aqui o caso. A locução conjuncional *bem como* que se encontra neste exemplo liga simplesmente as duas expressões (“uma fraca consciência sobre o direito à privacidade e à protecção de dados pessoais” e “uma protecção deficiente dos mesmos”), realçando na frase um valor semântico mais aditivo do que comparativo. Por isso, a sua função aqui é semelhante à de uma conjunção copulativa (como *e*).

(32)

Chinês	工業社會在 <u>帶給</u> 人類巨大的物質繁榮的同時，也打破了農業社會所固有的寧靜生活，由此要求給人一定的獨處空間( <i>right to be let alone</i> )的隱私權( <i>right to privacy</i> )在美國率先產生， <u>之後</u> 隱私權在很多國家的憲法和法律 <u>以及</u> 一系列國際人權公約中得到了普遍確立。
Pinyin	Gōngyè shèhuì zài dài jǐ rénlei jùdà de wùzhì fánróng de tóngshí, yě dǎpòle nóngyè shèhuì suǒ gùyǒu dì níngjìng shēnghuó, yóu cǐ yāoqiú jǐ rén yīdìng de dúchǔ kōngjiān de yǐnsī quán zài měiguó shuàixiān chǎnshēng, zhīhòu yǐnsī quán zài hěnduō guójiā de xiànfǎ hé fǎlǜ yǐjī yī xìliè guójì rénquán gōngyuē zhōng dédàole pǔbiàn quèlì
Tradução literal	Industrial sociedade Part. trazer seres humanos enorme Part. material prosperidade Part. ao mesmo tempo, também quebrar agricultura sociedade inerente Part. tranquilo vida, a partir daqui exigir dar pessoa certa sozinho espaço Part. privacidade direito nos Estados Unidos primeiro aparecer, depois privacidade direito nos muitos países Part. constituição e lei e uma série internacional direitos convenção Prep. obter Part. geral estabelecimento
Tradução final	Ao <b>trazer</b> uma prosperidade material enorme para os seres humanos, a sociedade industrial quebra simultaneamente a tranquilidade inerente à sociedade agrícola. <b>Daí</b> se ter suscitado primeiro nos Estados Unidos a exigência de conferir às pessoas o direito à privacidade ( <i>right to privacy</i> ), que é um “direito a não ser incomodado” ( <i>right to be let alone</i> ). <b>Posteriormente</b> , o direito à privacidade foi estabelecido em termos gerais nas constituições ou leis de muitos países, <b>bem como</b> numa série de Pactos Internacionais sobre Direitos Humanos.

No exemplo (32), constata-se que a primeira frase tem uma estrutura de subordinação, sendo “Ao trazer uma prosperidade material enorme para os seres humanos” a oração subordinada e “a sociedade industrial quebra simultaneamente a tranquilidade inerente à sociedade agrícola” a oração subordinante. A primeira frase é uma oração subordinada adverbial temporal que cumpre uma função sintáctica típica de um advérbio, embora esteja centrada no uso do infinitivo, e localiza no tempo a situação descrita na oração subordinante. Este tipo de oração é conhecido como oração reduzida de infinitivo, porque é introduzida pela forma verbal do infinitivo, e tem como característica o facto de a oração própria desempenhar a função de conector na frase, sem a necessidade de presença de uma conjunção. Caso se exprima a oração de forma

finita, usa-se a conjunção *quando* e o sujeito da oração subordinante pode ocorrer na subordinada, sendo depois omitido na subordinante porque recuperado por relação anafórica, como em: “**Quando** a sociedade industrial traz uma prosperidade material enorme para os seres humanos, quebra (...)”.

Tendo em conta que a frase do original, em chinês, é muito longa e complexa, para facilitar a compreensão do leitor e por razões de organização textual, na versão portuguesa foram inseridas duas pausas no meio, recorrendo ao emprego dos dois conectores, *daí* e *posteriormente*. Este é um tipo de conexões paratáticas de que resultam unidades textuais superiores ao período<sup>40</sup>, articulando períodos simples, compostos ou complexos e parágrafos com outros períodos e parágrafos.

O conector *daí* explicita o nexo semântico existente entre a frase que introduz e a anterior. Trata-se de um tipo de conexão coordenativa e inferencial, em que o conteúdo proposicional do segundo membro coordenado é inferível a partir do primeiro.

O advérbio *posteriormente* é um conector paratático do tipo de sequencialização temporal e também é classificado como um marcador discursivo (temporal) que serve para orientar o leitor/ouvinte e organizar o discurso.

Tal como no exemplo (31), e pela mesma razão, a locução conjuncional *bem como* deve ser considerada como uma conjunção copulativa, em vez de uma locução conjuncional subordinativa do tipo comparativo.

---

<sup>40</sup> Duarte (2003: 99) refere que “As conexões paratáticas de que resultam unidades superiores ao período articulam períodos simples, compostos ou complexos e parágrafos com outros períodos e parágrafos.”

(33)

Chinês	從個人資料權所保護的法益看， <u>毫無疑問</u> ，該項權利最初源於保護私人生活隱私權的需要， <u>但</u> 隨著信息技術的進一步發展及其利用的多樣性，個人資料權所保護的法益已 <u>不再局限</u> 於單純的隱私權保護範疇，而 <u>還</u> 可能涉及肖像權、通信自由權、知情權 <u>等</u> 各種私人權利以及為社會公共利益所要求的新聞自由、行政公開預防犯罪 <u>等</u> 公共領域。
Pinyin	Cóng gèrén zīliào quán suǒ bǎohù de fǎyì kàn, háo wú yíwèn, gāi xiàng quánlì zuìchū yuán yú bǎohù sīrén shēnghuó yǐnsī quán de xūyào, dàn suízhe xìnxi jìshù de jìnyībù fāzhǎn jí qí lìyòng de duōyàng xìng, gèrén zīliào quán suǒ bǎohù de fǎyì yǐ bù zài jú xiànyú dānchún de yǐnsī quán bǎohù fànchóu, ér hái kěnéng shèjí xiàoxiàng quán, tōngxìn zìyóu quán, zhīqíng quán děng gèzhǒng sīrén quánlì yǐjí wèi shèhuì gōnggòng lìyì suǒ yāoqiú de xīnwén zìyóu, xíngzhèng gōngkāi yùfáng fànzuì děng gōnggòng lǐngyù
Tradução literal	A partir de pessoal dado Part. proteger Part. bem jurídico ver, sem dúvida, este direito no início originar Prep. protecção pessoal vida privacidade direito Part. Necessidade, mas seguir Part. Informação tecnologia Part. mais um passo desenvolvimento e seu aproveitamento Part. diversidade, pessoal dado direito Part. proteger Part. bem jurídico já nem mais limitar Prep. mera privacidade direito proteger âmbito, e ainda pode envolver imagem direito, comunicação liberdade direito, conhecimento direito, etc. todo tipo pessoal direito e para sociedade público interesse Part. exigir Part. informação liberdade, administração tornar público prevenir crime, etc. público área
Tradução final	Considerando o bem jurídico protegido pelo direito aos dados pessoais, este direito teve inicialmente origem, <u>sem dúvida</u> , na necessidade de protecção do direito à privacidade. <u>Porém</u> , com o desenvolvimento das tecnologias de informação e a sua aplicação diversificada, o bem jurídico protegido pelo direito aos dados pessoais já <u>não</u> se limita <u>só</u> à protecção do direito à privacidade, <u>mas</u> envolve <u>também</u> vários tipos de direitos individuais, <u>tais como</u> o direito à imagem, a liberdade de comunicação, o direito à informação e alguns interesses públicos sociais, <u>nomeadamente</u> a liberdade de imprensa, a transparência da administração e a prevenção de crimes.

No exemplo (33), verifica-se que a primeira frase tem uma estrutura de subordinação, sendo “Considerando o bem jurídico protegido pelo direito aos dados pessoais” a oração subordinada e “este direito teve inicialmente origem, sem dúvida,



na necessidade de protecção do direito à privacidade” a oração subordinante. A primeira, que expressa um nexos semântico causal, desempenha a função de conector na frase.

Além disto, a expressão *sem dúvida* foi introduzida com o objectivo de reforçar a ideia do autor.

À semelhança do que se assinalou para o exemplo (32), em (33) a frase do original em chinês é muito longa e complexa. Para facilitar a compreensão do leitor, inseriu-se na versão portuguesa uma pausa no meio, recorrendo ao emprego do conector *porém*, que contribui para explicitar o nexos semântico existente entre a frase em que ocorre e a anterior. Este é também um tipo de conexão paratáctica de que resultam unidades textuais superiores ao período.

Na segunda frase da versão chinesa, encontra-se um conector paratáctico progressivo (不再.....還....., bùzài...hái...), cuja correspondência em português é “*não só..., mas também...*” (cf. Quadro 6). Encontra-se, em língua portuguesa, um tipo de conjunção correspondente (conjunção coordenativa correlativa, do nexos semântico de adição) (cf. Quadro 3).

Além do mais, encontram-se na segunda frase os conectores paratácticos *tais como* e *nomeadamente*, ambos conectores paratácticos com o valor de explicitação/particularização, que têm por objectivo acrescentar informações mais específicas e pormenorizadas ao que acabou de ser dito.

### **3.4. Análise comparativa entre línguas portuguesa e chinesa em relação à coesão**

Pode se observado dos exemplos acima apresentados que há diferenças entre as línguas portuguesa e chinesa no que diz respeito à coesão.

De igual modo, em análises comparativas do inglês e do chinês, vários autores destacam esta dissemelhança. Por exemplo, Nida (1982: 16) afirma que “For English and Chinese, perhaps one of the most important linguistic distinctions is the contrast between hypotaxis and parataxis.”

Em relação a esta matéria, Jin e He (2013: 9) referem que “In English compound sentences usually use conjunctions to link the coordinate clauses together. The conjunctive word directly shows the relation between clauses, which actually helps analyze the sentence. However, many Chinese sentences often lack this kind of

interconnection. They only relay on the chance of the word sequence, context and illocutionary logic to realize the understanding of the idea. (...) That is, the differences between English and Chinese sentences in the terms of interconnection can be concluded as overt cohesion vs. covert cohesion.” Também Zhu *et al.* (2001, como citado em Pan 2013: 12) salientam este aspecto, dizendo que “the explicitness of English and implicitness of Chinese are the main causes for the differences between English and Chinese cohesive conjunctives” e Yang (2014: 119) entende que “Chinese and English belong to different language families, and there are many differences of ways of thinking between Chinese and English, so the ways of expressions are very different from each other. The most important contrast between Chinese and English is hypotaxis and parataxis. Chinese needs little connectives and conjunctions to form a coherent discourse, and cohesion in Chinese is much simpler than that in English.”

Encontra-se no texto alvo (P. 15) um excelente exemplo que mostra esta diferença entre as línguas chinesa e portuguesa:

(34)

Chinês	與此同時，國家對個人資料權的保護負有特殊義務，國家不僅不應非法干預個人資料權，還應當做出各種必要的給付行為，從立法和實施上使權利人的權利得到實際有效的保護 (……)
Pinyin	Yǔ cǐ tóngshí, guójiā duì gèrén zīliào quán de bǎohù fù yǒu tèshū yìwù, guójiā bùjǐn bù yìng fēifǎ gānyù gèrén zīliào quán, hái yīng dāng zuò chū gèzhǒng bìyào de gěifù xíngwéi, cóng lǐfǎ hé shíshī shàng shǐ quánlì rén de quánlì dédào shíjì yǒuxiào de bǎohù
Tradução literal	Ao mesmo tempo, o estado perante o direito aos dados pessoais protecção tem especial dever, o estado não só não deve ilegalmente interferir o direito aos dados pessoais, ainda dever fazer todos necessário prestação acto, na legislação e na implementação possibilitar o titular direito pode obter prática, efectiva protecção (...)
Tradução final	Em simultâneo, o Estado tem o dever especial de proteger os dados pessoais, pelo que, para além de não interferir ilegalmente no direito aos dados pessoais, deve fazer tudo o que é necessário para que o direito do titular seja protegido de uma forma efectiva a nível legislativo e na prática (...)

Considera-se que o original em chinês corresponde a uma frase completa e perfeitamente compreensível para um leitor nativo, mesmo na ausência de um elemento conectivo. Todavia, a tradução em português torna-se incompleta se não tiver o conector “pelo que”, não dando ao leitor informação sobre a relação de causa-efeito expressa pelo autor do texto original.

Tendo em conta que a língua portuguesa parece preferir usar estruturas hipotáticas, que exigem mais elementos conectivos, enquanto a língua chinesa parece recorrer com mais frequência a construções paratáticas, Li (2002) aponta que, durante a tradução de chinês para português, o tradutor deve acrescentar adequadamente conjunções ou locuções conjuncionais segundo as regras gramaticais e pragmáticas da língua de chegada (*i.e.*, o português) mesmo que não haja nenhuma conjunção no original. Entretanto, quando a tradução é de português para chinês, o mesmo autor refere que o tradutor, em vez de traduzir literalmente, deve tratar a tradução de acordo com o contexto.

Na mesma obra, Li também chama a atenção do tradutor sobre a tradução de algumas conjunções correlativas, tal como “embora...mas” (雖然 suīrán...但是 dànshì). De facto, as mesmas palavras podem ser utilizadas separadamente e correlativamente. No entanto, quando as referidas conjunções são utilizadas correlativamente em chinês “雖然...但是”, a tradução não pode feita literalmente como “embora...mas” porque isto não está em conformidade com as regras estruturais da língua portuguesa (especificamente, implicando a seleção de modos verbais distintos).

Encontra-se um exemplo deste tipo no texto alvo que já foi dado anteriormente neste trabalho (em (9), aqui repetido como (35):

(35) “兩者在目的上雖然相近但有所不同”

Pinyin: Liǎng zhě zài mùdì shàng suīrán xiāngjìn dàn yǒu suǒ bùtóng

Trad. literal: Os dois em objectivo Part. **embora** parecidos **mas** têm diferença.

‘**Embora** parecidos, os dois são diferentes quanto ao objectivo.’

(Texto alvo, p. 18)

A conjunção “但” (dàn, *mas*) não foi traduzida para português aqui.

## Conclusões

Esta dissertação teve por objectivo a apresentação e análise da questão das conexões interfrásicas nas línguas portuguesa e chinesa.

A elaboração da dissertação proporcionou-me a oportunidade de fazer leituras sobre muitas matérias, quer de área linguística, quer de área jurídica, particularmente para a contextualização do tema.

A tradução jurídica constitui, sem dúvida, uma parte essencial da área de tradução de Macau. Trata-se de uma área que lida não só com dois sistemas linguísticos diferentes, mas também com dois sistemas jurídicos e duas culturas diferentes. Assim sendo, para garantir a qualidade da tradução jurídica, não basta apenas o conhecimento das propriedades formais das línguas de partida e de chegada, sendo que a situação ideal seria a tradução ser feita por tradutores com uma dupla formação em Direito e Tradução ou, pelo menos, por um grupo de trabalho constituído por linguistas e juristas. Por esta razão, e porque as frases do texto original são excessivamente longas, característica dos textos jurídicos, a tradução do texto alvo é uma tarefa difícil. Uma frase longa e complexa pode dificultar a compreensão do leitor. A solução adoptada para ultrapassar o problema nos vários casos encontrados no texto foi inserir na versão portuguesa uma pausa no meio, articulando as várias ideias através do emprego de marcadores discursivos ou de conectores.

Quanto à questão da tradução para uma língua não materna, mais concretamente a língua portuguesa, é, na realidade, uma situação muito vulgar em Macau, tendo em conta o número insuficiente de falantes nativos de português. Por isso, a revisão dos textos traduzidos por um falante nativo pode ser uma solução para esta realidade, sendo uma medida adoptada actualmente por alguns serviços públicos em Macau.

Se não fosse por causa da dissertação, julgo que nunca iria fazer uma comparação entre os elementos conectivos (conjunções, conectores e marcadores discursivos) das línguas portuguesa e chinesa desta forma. Tendo concluído a comparação, vim a descobrir que as conjunções e conectores das duas línguas têm alguns pontos em comum, nomeadamente a sua natureza, classificação (coordenação e subordinação) e até subdivisão (causal, final, temporal concessiva, condicional, etc.).

Antes de concluir, é de referir que a questão das orações ligadas por conectores de subordinação adverbial é um tema que tenho interesse em aprofundar porque o mesmo

configura um dos mecanismos fundamentais para garantir a coesão e coerência do texto e trata-se de um dos temas importantes mas, ao mesmo tempo, difíceis para os alunos chineses na aprendizagem de língua portuguesa. No entanto, optou-se por não abordar da forma profunda que seria desejável por razões de espaço e de tempo.

Por fim, queria exprimir que a elaboração desta dissertação me colocou muitas questões enquanto tradutora, o que se tornou um desafio permanente, mas bastante enriquecedor. Estou convicta de que, por isso, será um contributo relevante também para outros tradutores desta área.

## Bibliografia

- Alcaraz, E. V. e Hughes, B. (2002). *Legal Translation Explained*. Manchester, Northampton: St. Jerome Publishing.
- Amorim, C. e Sousa, C. (2013). *Gramática da Língua Portuguesa*. Porto: Areal Editores, S.A.
- Bartrina, F. (Eds.), *The Routledge Handbook of Translation Studies*. London e New York: Routledge, 415-424.
- Brito, A. M. (2003). Subordinação adverbial. In M. H. M. Mateus *et al.*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 695-728 (Cap. 17).
- Cabre, M. T. (1998). Importância de la Terminologia en la Fijación de la Lengua. In Mateus, M. L. e Correia, M. (Coordenação). *Terminologia: Questões teóricas, métodos e projectos*. Cursos da Arrábida. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Mem-Martins: Publicações Europa-América. (4), 19-44.
- Calado, N. (1995). Tradução jurídica – experiência e perspectivas. *Revista de Administração Pública de Macau*, 8(27), 219.
- Calado, N. (1997). Tradução Jurídica e Transição em Macau, texto proferido pelo autor em Pequim, Maio.
- Calleja, M. A. A. (1994). *Traducción Jurídica (Inglés-Español)*. Madrid: UNED.
- Cao, D. (2013). Legal Translation Studies. In C. Millan-Varela, C. Millán e F. Bartrina (Eds.). *The Routledge Handbook of Translation Studies*. London e New York: Routledge, 415-424.
- Chan, C. B. (2012). Tradução jurídica e produção legislativa bilingue em Macau – actualidade e perspectivação. *Administração*, XXV (95), 2012 (1), 167-180.
- Chaves de Mello, M. (2008). *Dicionário Jurídico: Português – Inglês e Inglês – Português / Law Dictionary: Portuguese – English and English – Portuguese*. Lisboa: Dinalivro.
- Contente, M. D. M. (2008). *Terminocriatividade, sinonímia e equivalência*

- interlinguística em Medicina*. Lisboa: Colibri.
- Costa, J. (2010). *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*. Lisboa: Escolar Editora.
- Costa, P. H. e Correia, S. A. (1990). Por uma política de tradução jurídica e produção legislativa bilingue no actual contexto do período de transição. *Revista de Administração Pública de Macau*, 8(27), 219.
- Cunha, C. e Cintra, L. F. L. (1986). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- van Dijk, T. (1988). *Texto y contexto (semântica y pragmática del discurso)*. 3.<sup>a</sup> ed. Madrid: Cátedra.
- Duarte, I. (2003). Aspectos Linguísticos da Organização Textual. In M. H. M. Mateus *et al.*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 85-123 (Cap. 5).
- El-Farahaty, H. *et al.* (2008). Legal Translation: Theory and Practice. *Journal of the Saudi Association of Languages and Translation*.
- Ferreira de Sá, P. M. N. (2012). *Contributo para uma Reflexão Sobre Opções Linguísticas em Tradução*. Relatório de Estágio, Lisboa.
- Figueiredo, O. (2005). As noções de adequação, coerência e coesão e seus modos de operacionalização. *Actas do Encontro da Terminologia Linguística: das teorias às práticas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fraser, B. (1999). What are discourse markers? In *Jornal of Pragmatics*, 31, Boston: Boston University, 931-952.
- Fresta, M. J. C. (2013). *Dificuldades de tradução do texto jurídico inglês –português*. Relatório de Estágio de Mestrado. Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa.
- Gudumac, I. (2011). *Da dificuldade de traduzir textos jurídicos: um enfoque funcionalista*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: FLUL, Universidade de Lisboa.
- Guo, Z. (2000). *A Concise Chinese Grammar*. Beijing: Beijing Foreign Languages Printing House. <http://dx.doi.org/10.1080/0907676X.2013.777463>
- Jin, Pengsun e He, Aimiao (2013). Influences of Thinking Differences Between English and Chinese People on English Writing. *Higher Education of Social Science*, 5(1), 6-10. doi: 10.3968/j.hess.1927024020130501.1007
- Li, C. (2002). *Aspectos Teórico-Práticos de Tradução – Português/Chinês*, Macau:

Instituto Politécnico de Macau.

- Li, F. (2017). *Guia Prático da Língua Portuguesa*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Liu, Y., Pan, W. e Gu, W. (2001). *Shiyong Xiandai Hanyu Yufa* (“Gramática Aplicada da Língua Chinesa Contemporânea”). Beijing: Commercial Press.
- Lobo, M. (2003). *Aspectos da Sintaxe das Orações Subordinadas Adverbiais do Português*. Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- \_\_\_\_\_. 2006. Dependências temporais: a sintaxe das orações subordinadas gerundivas do português. *Veredas*, 10 (1-2), 21.
- Lopes, A. C. M. (2010). Do Tempo à Condição: Contributos para o Estudo das Construções com o Conector *desde que* em PE. *Linguística - Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 91-112.
- Lopes, A. C. M. e Carapinha, C. (2013). *Texto, Coesão e Coerência*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Maillot, J. (1975). *A Tradução Científica e Técnica*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.
- Maley, Y. (1994). The language of the Law. In J. Gibbons (ed.). *Language and the Law*, London e New York: Longman, 11-50.
- Mateus, M. H. M., Xavier, M. F. (1992). *Dicionário de Termos. Linguísticos*. Lisboa: Cosmos.
- Matos, G. (2003). Estruturas de coordenação. In M. H. M. Mateus *et al.*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 549-592 (Cap. 14).
- Mendes, A. (2013). *Organização Textual e Articulação de Orações*. In Raposo *et al.* (Org.). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CLUL.
- Munday, J. (2001). *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. London: Routledge.
- Newmark, P. (1988). *A Textbook of Translation*. New York: Prentice Hall.
- Ngan, A. A. (Monsenhor) (2007). *Concordância Sino-Portuguesa de Provérbios e Frases Idiomáticas*. Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau.
- Nida, E. A. e Taber, C. R. (1982). *The theory and practice of translation*, 16. Leiden:



E.J. Brill.

- Oliveira, I. (2010). *Coesão Interfrásica: Os Conectores Discursivos em Produções escritas de alunos de PLE*. Dissertação de Mestrado, Porto: Universidade do Porto.
- Pan, H. (2014). Translating conjunctive cohesion in legal documents, In *Perspectives: Studies in Translatology*, 22(1), 1-20. London: Routledge.
- Pereira, M. F. L. (2014). *O Papel da Gramática na Coesão e na Coerência Textuais*. Relatório de Estágio. Minho: Universidade do Minho.
- Peres, J. (2009). *Notas sobre conexões interproposicionais*. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Prata, S. M. (2014). *A tradução jurídica no âmbito da cooperação judiciária internacional*. Relatório de Estágio. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Quirk, R., S. Greenbaum; G. Leech e J. Svartvik (1985). *A Comprehensive Grammar of the English Language*. London/ New York: Longman.
- Ran Mai (2012). *Ensino de Chinês a Falantes de Português: O caso da Universidade de Aveiro*. Tese de Douramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Raposo, E. P.; Bacelar do Nascimento, M. F.; Mota, A.; Segura, L.; Mendes, A. (eds.) & Vicente, G. & Veloso, R. (colab.). (2013). *Gramática do Português*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CLUL.
- Ren, S. (2015). *Construções de subordinação adverbial introduzidas por conectores: Análise de produções escritas por aprendentes chineses de PLE*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Robinson, D. (2006). *Becoming a Translator: An Introduction to the Theory and Practice of Translation*. London: Routledge.
- Šarčević, S. (1997). *New Approach to Legal Translation*. The Hague: Kluwer Law International.
- Sousa, M. (2009). *Análise contrastiva das formas em -ing e em -ndo: contributo para o ensino do inglês para fins específicos*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade do Porto.
- Sun, L. e Fang, Q. (2011). Overview of Study on Types and Functions of Chinese Discourse Markers. China Academic Journal Electronic Publishing House, (6), 76-

- Sun, W. (2003). *A Course in Translation of Legal Documents*. Xangai: Editora de Ensino de Línguas Estrangeiras de Xangai.
- Wang, S. e Lu, Y. (1996). *Gramática da Língua Portuguesa*. Macau: Instituto Português do Oriente.
- Yang, J.-S. (2014). *A Contrastive Study of Cohesion in English and Chinese*. Canada: Canadian Center of Science and Education. doi:10.5539/ijel.v4n6p118
- Yip, P.-C. e Rimmington, D. (2004). *Chinese, A Comprehensive Grammar*. Oxon: Routledge.
- Zhou, M. (2015). Review and Perspective on Modern Chinese Discourse Markers. *Jornal of Zhejiang International Studies University*, 4.
- Zhu, Y., Zheng, L., e Miao, X. (2001). *A contrastive study of cohesion in English and Chinese*. Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press.

### **Dicionários**

- *Dicionário Conciso Chinês-Português*. (1997). Xangai: Editora de Ensino de Línguas Estrangeiras de Xangai.
- *Dicionário Conciso Português-Chinês*. (2003). Beijing: Comercial Press.
- *Dicionário Jurídico*. (1999). 3.<sup>a</sup> ed. - revista. Coimbra: Livraria Almedina.
- *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia da Ciências de Lisboa*. (2001). Lisboa: Editorial Verbo.

### **Sítios electrónicos da internet**

- Connective-Lex.info  
<http://connective-lex.info/#%7B>
- Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora  
<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa>
- Dicionário Terminológico  
<http://dt.dge.mec.pt/>
- Ferramentas para a Língua Portuguesa (FLiP) da Priberam  
<https://www.flip.pt/FLiP-On-line/Gramatica>

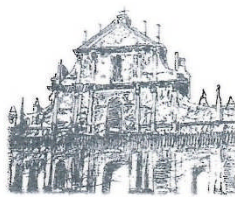
- Glossário Jurídico Chinês-Português/Português-Chinês  
<http://www.dsaj.gov.mo/Listagem/index.aspx>
- Imprensa Oficial da RAEM  
<http://cn.io.gov.mo>
- Imprensa Oficial da RAEM Dicionário Priberam da Língua Portuguesa  
<https://www.priberam.pt/dlpo/>

## **Anexo**

Texto de partida

### **Análise da questão dos conflitos de direitos no processo da protecção de dados pessoais**

Liu Dexue



澳门研究丛书  MACAU STUDIES

# 个人资料的法律保护

放眼中国内地、香港、澳门及台湾

Legal Protection of Personal Data:  
Perspectives from Mainland China, Hong Kong,  
Macau and Taiwan

陈海帆 赵国强/主编

 澳門基金會  
FUNDAÇÃO MACAU

 社会科学文献出版社  
SOCIAL SCIENCES ACADEMIC PRESS (CHINA)

## 个人资料保护过程中的 权利冲突问题研究

刘德学\*

### 楔子

隐私权作为一种“令人独处的权利，是一种最为普遍和最为自由的人民所珍爱的权利”（The right to be let alone, the most comprehensive of rights and the right most valued by a free people. Juiz Louis Brandeis Olmstead v. U. S. 1928）。

在当今的信息化社会，我们在享受现代信息科技带给我们的各种便利、好处而日益成为“电子人”“信息人”“虚拟人”等各种角色的同时，也必然面对并遭遇由此所产生的各种风险。如何在立法强化个人资料保护的同时，平衡兼顾其他与之存在各种潜在的或现实冲突的其他基本权利，如何在保护个人资料和信息的自决权与资料信息的自由流通之间寻求妥适的平衡，是当今个人资料保护立法和实施的其中一个重要课题。

在当今社会，如果没有对个人资料和信息的全面法律保障以及具体有效的保护，宪法赋予我们所享有的私人生活隐私权、通信自由、言论自由与表达权等关乎人格尊严和人格自由发展的一系列基本权利将会受到严重威胁和损害，最终，作为最高价值的人格尊严也将受损甚至是丧失，我们也将没有真正的人格尊严。而一个社会如果没有对人格尊严的有效保护，也就没有真正的法治。

---

\* 刘德学，澳门特别行政区立法会辅助部门法律顾问。



## 一 引言

### (一) 个人资料保护的立法背景和澳门的立法现状

随着信息化、网络化和全球化时代的来临,以维护主体在信息社会中的人格尊严为根本价值的个人资料保护立法运动方兴未艾,越来越多的国家和地区制定了专门的个人资料保护法,赋予资料当事人对其个人资料享有各种权利和自由,并通过各种民事的、行政的和刑事的保护与救济措施以及成立专门机构,具体落实和有效保护资料当事人的权利<sup>①</sup>。与此同时,有关个人资料保护的各种国际性或地区性的公约和协议,更是将个人资料的保护提升到一个新的国际化水平。

在这种立法背景下,因应在个人资料保护问题上缺乏专门性法律的立法状况<sup>②</sup>,澳门于2005年通过了第8/2005号法律——《个人资料保护法》。该法律就个人资料保护所应遵循的一系列结构性原则、权利保障的范围以及相应的行政和司法保护措施等事项做出了系统性规定,从而填补了澳门现行

① 除了在宪法中对个人资料作为一种基本权利加以规定外,在个人资料保护的立法版图中,在欧洲有德国、英国、瑞典、瑞士、荷兰、葡萄牙、芬兰、奥地利等国家都先后制定了有关个人资料保护的立法,并且由于受欧洲条约以及欧盟指令的影响,其个人资料保护的立法内容也非常接近;在美洲,作为个人隐私保护先行者的美国,于1974年制定了《隐私权法》(The Privacy Act),后来又在此基础上针对计算机有关的个人资料保护制定了一系列的专门立法及其修正案,加拿大于1980年制定了《隐私权法》(The Privacy Act),后又为了迎合欧盟的个人资料保护标准,制定了《个人信息保护和电子文件法》(The Personal Information Protection & Electronic Documents Act 2000);在亚洲,日本于2003年制定了《个人资料保护法》(Act on the Protection of Personal Information),泰国于1997年制定了The Act for Protection of Computer Processed Personal Data Held by Administrative Organs,我国台湾地区于1995年制定了“个人资料保护法”,我国香港特别行政区则有《个人资料(私隐)条例》;等等。

② 在个人资料保护问题上,尽管澳门此前一系列法律都有直接或间接的规定,对此体现在从刑事性质的事宜到基本权利的立法等诸多方面,涉及与医疗、银行、民事身份识别、被管理人的权利等相关的一系列问题,然而有关的立法仅仅是从某一个层面进行的。因此,并没有一部能够切实有效地规范和保障个人资料保护的一般性法律。有关个人资料保护的立法状况及其立法理由,可参见简天龙《隐私权范畴内个人资料保护问题的备忘录》,载《规范基本权利的法律汇编》,澳门特别行政区立法会,第161~168页。





法律秩序中因缺乏一般性法律而出现的制度空白<sup>①</sup>。在此基础上,为有效打击信息领域中各种刑事不法行为,澳门制定了第11/2009号法律——《打击电脑犯罪法》;针对录像监视技术在预防公共安全和打击犯罪方面的广泛应用,澳门专门制定了第2/2012号法律——《公共地方录像监视法律制度》,使澳门在个人资料保护方面的立法进一步朝向专门化、体系化的方向发展。

在法律实施及其组织保障方面,澳门设立了在行政长官监督下独立运作的个人资料保护办公室。多年来该机构通过处理具体个案及发出各种指引和意见书等多种方式<sup>②</sup>,有效落实了法律所赋予的执行、监察、协调职能,使澳门在个人资料保护问题上紧随当前的国际化趋势,摆脱了过往澳门这个“熟人社会”对个人隐私和个人资料的权利意识淡薄以及保护力度不够的现象<sup>③</sup>,使《澳门基本法》所规定的人格尊严及私人和家庭生活隐私权等基本权利得到了进一步实现。

## (二) 本文拟讨论的主要问题

相比人类几千年来已经较为成熟的其他法律制度而言,信息科技的迅猛发展以及由此所引发的法律调整问题可谓极为短暂,个人资料保护及其立法也不过是近几十年来才进入法律界的新课题。但是,由于信息科技在现实生活中的运用极为广泛,通过信息化手段所处理的个人资料已几乎涉及人类生活的每一领域和每一环节,同时由于信息科技本身所具有的特点及其复杂性,故个人资料保护的法律调整既具有广泛性和重要性,又具有复杂性和多变性的特征。这就要求我们在立法和实施过程中妥善规制和平衡保护由此所引发的各种权利冲突和利益纠纷,实现在个人资料保护问题上的最优化选择。

总体而言,目前在对个人资料保护问题的立法必要性和资料当事人所享有的权利范围及其种类以及国家在保护过程中所承担的职责、为此所提供的

① 参见第8/2005号法律《个人资料保护法》理由陈述,第1页。

② 有关个人资料保护办公室的执法状况、所处理的各种投诉及个案、该机构所发出的指引和意见书等情况,可参见该办公室网站, <http://www.gdpd.gov.mo/>。

③ 从制度需求的角度而言,对于澳门这个东方小城来说,随着近些年来澳门博彩业的对外开放以及急速融入国际社会,澳门对于个人资料保护制度的立法需求更为强烈。





行政或司法救济措施方面,在比较法上已经没有太大的争议性,但对于个人资料保护过程中如何在立法和实施层面协调处理各种类型的权利和利益冲突,如何在维护当事人对个人资料所享有的各种权利和自由以及社会对个人资料的正当合理利用之间求得平衡,仍然是法律理论和实务中需要进一步深入探讨的问题。

基本权利的冲突和碰撞是法律上的固有现象,而在个人资料保护领域,对资料的自决权和资料的自由流通与利用、在当事人所享有的私权和公权力机关所享有的公权、在各种私人利益以及私人利益与公共利益、在个人资料所具有的精神利益和经济利益之间等诸多方面,这种权利冲突现象更为凸显并遥相呼应。如何协调和平衡保护个人资料权以及与其存在各种潜在的或现实冲突的其他权利,缓解保护过程中所产生的各种利益矛盾及其紧张关系,实现一种双赢或多赢的最优化结果,是当前个人资料立法保护过程中的一个关键问题。正是基于这一目的,本文拟从个人资料权的法律性质、内涵出发,在个人资料保护过程中,对权利的保护与限制、权利冲突时所应遵循的原则等问题进行探讨,以期抛砖引玉并求教于同仁。

## 二 个人资料保护过程中的权利冲突现象及类型分析

### (一) 个人资料权的法律性质及其内涵

为了更好地从理论上分析个人资料保护过程中所产生的各种冲突现象并进而提出相应的解决进路,需要从个人资料权的起源及其演变进程中,分析该项权利保护过程中冲突的产生根源,为此有必要解构该项权利的法律性质及其内涵。对此,正如法律上的任何一种权利及其相应的保护制度一样,个人资料权以及与其紧密相关的隐私权等,正是在与其他权利的相互碰撞与冲突中孕育和诞生的;作为一种赋予权利人按照自己的意志做出某种行为并实现其利益的权利类型,也恰如以所有权等为典型的财产权具有确定权利归属及其边界的“定纷止争”功能一样,个人资料权在实证法上的确立,在很大程度上也正是为了响应因资料的归属与利用、处理与流通、保密与公开等方面而产生的各种权利的冲突。

工业社会在带给人类巨大的物质繁荣的同时,也打破了农业社会所固有



的宁静生活，由此要求给人一定的独处空间（right to be let alone）的隐私权（right to privacy）在美国率先产生<sup>①</sup>，之后隐私权在很多国家的宪法和法律以及一系列国际人权公约中得到了普遍确立。但最早在美国所产生的隐私权，主要是为了克服传统的所有权、保密权、肖像权或其他类型的合同义务在个人隐私的保护上所产生的不足，以对抗因摄影、出版等新的复制传播技术而给私人生活带来的困扰和损害。在当今，私人生活隐私权已被看做基本权利领域中一项极为重要的独立权利，是一种对作为个人人格重要反映的个人资料的权利，它包括具有个人性的私域、具有私密性的领域（具有或不具有个人性）以及一种独处的权利<sup>②</sup>，以保护人类尊严和人格的自由发展。

从权利演进的历史过程看，隐私权正是在与其他相互冲突权利的牵扯争斗中，例如对个人生活资料包括肖像在内的复制、传播和利用等权利的紧张关系中独立出来的，而晚近在保护个人隐私权过程中所建立的个人资料权，也呈现出近乎相同的权利生成和演进路径。

作为隐私权保护的进一步延伸和拓展，个人资料权是伴随着计算机技术和其他信息科技的广泛运用而逐步得以建立和发展起来的。早在 20 世纪 70 年代，欧洲议会第 428 号决议针对信息技术在获取个人资料方面的应用即已指出有必要保护私人生活隐私。“当建立地区性、全国性或国际性的资料库时，个人不应当因有关信息特别是其私人生活资料的收集而完全暴露和透明化”<sup>③</sup>，而在之后通过的第 108 号公约则成为保护个人资料的一个基本法律文件，《欧盟基本权利宪章》第 8 条明文规定：“所有人有权就其个人资料获得保护”，进一步将其提升到基本权利的高度。

目前就世界范围内有关个人资料保护的立法而言，主要形成了以美国和欧洲为代表的两大立法模式。两种不同的立法模式是从不同的立法理念和权利保护进路加以展开的。以美国为主的立法模式强调资料的交流和利用，同时着眼于防范政府部门侵害个人资料和隐私权；而以欧洲为主的立法模式则

① Warren Louis & Brandeis Samuel, "The Right to Privacy," *Harvard Law Review*, Vol. 4, No. 5 (1890): 193.

② Catarina Sarmiento e Castro, O direito à autodeterminação informativa e os novos desafios gerados pelo direito à liberdade e à segurança nos pós 11 de Setembro, p4. e ss, [http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/CatarinaCastro.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/CatarinaCastro.pdf).

③ <http://assembly.coe.int/Main.asp?link=http%3A%2F%2Fassembly.coe.int%2FDocuments%2FAdoptedText%2Fta70%2FBRES428.pdf>.





强调个人对其资料的自决权和控制权，强调国家在保护个人信息中的作用，针对政府部门和非政府部门制定统一且较为严格的个人信息保护立法<sup>①</sup>。

对于个人资料受保护的权利性质，理论上从不同的角度提出了隐私权说、人权说、个人信息控制权说及个人信息自决权说等各种学说<sup>②</sup>；而在该权利的立法表达上，不同国家或地区的立法从不同的基点和立法目的出发，分别使用了个人资料自决权、个人信息自由权、个人资料权等各种称谓，并不存在统一的定义，这种现象本身就折射出权利性质和内涵的多样性和复杂性。本文倾向于使用个人资料权这一称谓，原因在于这一概念可以兼容包括该权利所具有的归属权、决定权、控制处分权等几乎全部内涵，而不是仅仅从某一个视角表达该项权利。

作为一种基本权利，个人资料权在其法理学结构上具有与其他任何基本权利同样的性质和特征，体现在积极与消极两种不同的向度。从消极的向度，权利人可以对抗国家或他人对其个人资料的各种不法处理和侵害行为，使其个人资料保持一个不被干预和不被接触的自我领域；从积极的向度，权利人可以自主决定是否揭露其个人资料及在何种范围内、于何时、以何种方式、向何人揭露，并对其个人资料之使用有知悉与控制及更正权<sup>③</sup>。与此同时，国家对个人资料权的保护负有特殊义务，国家不仅不应非法干预个人资料权，还应当做出各种必要的给付行为，从立法和实施上使权利人的权利得到实际有效的保护，使人类固有的人格尊严和自由发展得到切实实现。

从个人资料保护的整个过程和环节来看，“个人资料的取得、搜集的限制”以及“个人资料的保存、管理、利用的规定”，具有排除第三者干涉之权利，属于自由权排他性的一部分；而“个人资料的查阅或更正”，在权利的性质上具有请求权的特征<sup>④</sup>。因此，作为发端于隐私权的个人资料权，已

① 有关内容可参见洪海林《个人信息保护立法理念探究——在信息保护与信息流通之间》，《河北法学》2007年第25卷第1期，第112页；李仪：《个人信息保护的价值困境与应对——以调和人格尊严与信息自由冲突为视角》，《河北法学》2013年第31卷第2期，第2~7页。

② 孔令杰：《个人资料保护的力量和利益平衡论》，《理论月刊》2010年第2期，第121~124页。

③ 参见台湾“行政院”研究考核发展委员会编印 RDEC-RES-097-010（委托研究报告）：《政府机关强化个人资料保护措施之研究》，第4~5页。

④ 参见台湾“行政院”研究考核发展委员会编印 RDEC-RES-097-010（委托研究报告）：《政府机关强化个人资料保护措施之研究》，第14页。



经有别于古典隐私权所具有的消极防御性质而具有积极请求权的性质。

从个人资料权所保护的法益看,毫无疑问,该项权利最初源于保护私人生活隐私权的需要,但随着信息技术的进一步发展及其利用的多样性,个人资料权所保护的法益已不再局限于单纯的隐私权保护范畴,而还可能涉及肖像权、通信自由权、知情权等各种私人权利以及为社会公共利益所要求的新闻自由、行政公开、预防犯罪等公共领域。在个人资料保护领域,各种权利和利益诉求、私人利益与公共利益、人格上的精神利益与财产上的经济利益相互交织并存、牵扯竞争以至于发生紧张冲突在所难免,个人资料权的立法保护目标也从单一向度的隐私权保护发展到多种权利和利益的平衡协调、多种法益的综合保护。

## (二) 个人资料保护过程中的权利冲突现象

葡萄牙著名宪法学者 Gomes Canotilho 将基本权利冲突划分为两种类型,当权利人行使某种基本权利与另一权利人所行使的另外一种基本权利产生冲突时为一种真正的权利冲突;而当一种基本权利的行使与宪法所保护的另一种利益发生冲突时,则不是一种真正的权利冲突<sup>①</sup>。由于个人资料及其应用所涉及的范围极为广泛,其可能成为多种基本权利的对象或其他基本权利得以行使的前提或工具,因而在个人资料权的保护过程中,多种权利相互交织在一起并相互牵扯争斗以至于发生冲突在所难免,这也是个人资料权保护过程中焦点和难点问题之一。本文将从现实中经常发生的典型冲突现象入手,以便为进一步分析如何解决冲突提供必要的事实前提。当然,由于冲突现象的极为广泛性、多样性和复杂性,本文不可能穷尽列举所有的权利冲突现象和类型。

### 1. 个人资料权与公众知情权之间的冲突

在一个民主法治社会中,信息的公开透明是公民得以行使民主参与权、言论自由与表达权等其他基本权利的必要基础,也是任何民主社会得以形成的基本前提。在公民参与国家治理和行政程序的过程中,参与原则已成为多数国家宪法和行政程序法的一项一般原则。为此很多国家纷纷制定了政府信

<sup>①</sup> Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição* (3ª edição) (Coimbra: Almedina, 1999), p. 1189 e ss.





息公开法<sup>①</sup>，要求政府以适当的方式将存放于政府资料库中的资料加以公开，公民有权了解、知悉和查阅政府的各种资料 and 文件档案，理论上将之概括为公民的知情权。

作为一种类似于权利、自由及保障性质的第三代人权<sup>②</sup>，知情权具有普遍性的特征，无论是对保障个人自由，还是建立民主法治国家，这种权利已成为一项关键性的权利<sup>③</sup>。事实上，没有信息就不可能有参与，行政的公开透明原则要求政府采取积极的行动，以便为公民参与提供必要的资料，而所有人均有权查阅和接触公共档案中现存的各种文件和记录资料，不管有关的内容是否与他们切实相关。

这种公众知情权与作为利害关系人的当事人对所参与行政程序的文件和资料的查阅权不同，前者是行政程序参与人之外的所有人或公众均享有的一种普遍性的权利，所查阅的对象是集中于公共档案中的文献信息，而后者是公民在已与行政当局所建立的行政程序中作为利害关系人对有关文献信息的查阅权。两者在目的上虽然相近但有所不同，前者在于保障行政的公开透明、公众参与以及对行政决定的监督控制；后者则在于保障具体行政活动的公开透明，促进行政活动的合理性和保障利害关系人在行政程序中所具有的直接利益<sup>④</sup>。

这种公众知情权也与个人资料法中所规定的资料当事人所享有的查阅权不同。后者是资料当事人对个人资料自决权中的其中一项具体权利，该项权利与反对权、不受自动化决定约束的权利、损害赔偿权等共同构成资料当事人权利的完整内容。《澳门个人资料保护法》第11条对资料当事人查阅权的内容、范围和条件以及可能的限制做了一般性规定，原则上资料当事人享有自由地、不受限制地从负责处理个人资料的实体获取有关信息的权利。这

① 葡萄牙于1993年8月26日通过第65/93号法律制定了《政府文件查阅法》（Lei n.º 65/93 de 26 de Agosto, Acesso aos documentos da Administração），后该法经过数次修改，中国于2007年1月17日制定了《中华人民共和国政府信息公开条例》；等等。

② 关于第三代人权的范围，理论上认为其包括对社会互助、可持续发展权、环境保护、生活质量、促进医疗卫生、新技术下的信息自由、保护个人资料以及信息自决等方面的权利。

③ Eduardo Manuel Castro Guimarães de Carvalho Campos, *Dissertação de Mestrado em Novas Fronteiras do Direito*, p. 16. e ss.

④ Eduardo Manuel Castro Guimarães de Carvalho Campos, *Dissertação de Mestrado em Novas Fronteiras do Direito*, p. 17.



种查阅行为属于个人资料处理概念中的一项具体活动。

由于公众知情权所针对的政府文献信息涵盖范围极广，涉及所有公共机关，包括政府公立医院、学校等部门所持有的各种资料，当中不乏有关私人生活、健康和性生活、遗传等方面的敏感资料，因此，在公众行使知情权、查阅政府文献信息与资料当事人对其对个人资料所享有的各种权利之间，就会发生各种各样的潜在的以至于现实的冲突。

在资料当事人、政府以及公众所组成的三角关系中，一方面是政府与资料当事人之间因个人资料的收集、处理等活动所形成的关系；另一方面是政府作为负责处理个人资料的实体与公众之间因查阅、接触公共文献信息所形成的关系，三方处于一种紧张互动的关系之中。当中所涉及的公众知情权与公民个人资料保护权都具有基本权利的性质，在抽象的宪法层面两者处于同一位阶，法律效力和强度不分高低。如何在具体个案情形下决定孰先孰后，协调化解冲突，是个人资料保护过程中的一个突出问题。

## 2. 个人资料权与特定情形下公众查阅权之间的冲突

本文之所以将这种冲突类型独立出来加以说明，是因为这种情形虽然与上面的冲突类型有一定的相似性和关联性，但在保护目的和所牵涉的利益关系中却具有很大的差异性，这就是个人资料权与公众或利害关系人对存放于公证或登记部门中的各种记录和登记信息的查阅权。这种差异性主要在于，公众知情权所保护的法益在于促进公民在民主政治和公共决策上的参与权，而公众或利害关系人对公证或登记部门中资料的查阅权在于促进一种社会财产或商业交易等方面的有效秩序，保障交易的安全快捷。另外，公众知情权所查阅的对象主要是政府在行使当局权力和行政职能时所处理和形成的各种记录、文件，而公证、登记部门记录和形成登记文件信息并不是在履行典型的行政职能<sup>①</sup>。

在澳门现行法律秩序中，对不动产交易以及有关权利物业登记的主要目的，在于公开不动产的法律状况，借此保障交易安全<sup>②</sup>。《物业登记法》一

<sup>①</sup> 葡萄牙的立法者在1993年8月26日第65/93号法律《政府文件查阅法》中已经意识到这种差异性，故在该法的第7条第7款规定：“对公证及登记文件、对身份证明和刑事记录文件……查阅，由专门法律规范。”

<sup>②</sup> 《澳门物业登记法典》第1条规定：“物业登记之主要目的，为公开房地产之法律状况，以保障不动产交易之安全。”





方面通过登记所具有的对抗性或创设性效力，鼓励当事人尽可能促成相应的物业登记，保障不动产交易市场法律状况的公开透明；另一方面又通过物业登记系统所提供的登记信息，为利害关系人查阅相关信息提供各种便利和条件，并在一定程度上保护当事人对于登记信息的合理信赖和交易的安全，而在现实中公众或利害关系人也可以很容易地通过俗称“查屋纸”的方式，了解特定不动产上的法律状况。

从个人资料保护与物业登记信息公开的关系角度，这里需深思的是如何协调和平衡兼顾两种不同的制度功能。由于物业登记中除对不动产本身的法律状况做出记录外，也会对当事人身份、婚姻状况及财产制度等方面的资料进行相应的登记，而现行的物业登记查阅制度只是一般性规定，任何人均得请求就登记行为及存档文件发出证明，以及获得以口头或书面方式提供之有关该等行为及文件内容之资讯，并且可以透过电脑终端机在登记局内直接查阅电脑登记内所载的资讯<sup>①</sup>，因此如何解决查阅物业登记资讯与个人资料保护之间的冲突，已成为当前立法和实施过程中的一个急迫问题。与澳门的物业登记制度具有基本相同结构和内容的葡萄牙物业登记制度，已经在这方面做出了相应的修改，以便在物业登记的公示作用与当事人个人资料的保护之间取得适度平衡<sup>②</sup>。

在商业登记制度中也存在几乎相同的问题。对于商业登记中的各种信息，原来的《澳门商业登记法典》规定，任何人均得请求就登记行为及存档文件发出证明，以及获得以口头或书面方式提供的有关该等行为及文件内容的资讯<sup>③</sup>，但令人欣喜的是，在《个人资料保护法》通过之后，立法者很快意识到这种规定与个人资料保护制度之间可能存在的冲突，并在随后的第

① 《澳门物业登记法典》第99条第1款规定：“任何人均得请求就登记行为及存档文件发出证明，以及获得以口头或书面方式提供之有关该等行为及文件内容之资讯。”第6款规定：“专为查阅之目的，使用登记局服务之人，得透过电脑终端机在登记局内直接查阅电脑登记内所载之资讯。”

② 参见葡萄牙第116/2008号法令第109-A条至第109-F条已经根据《个人资料保护法》的规定，就登记资料的查阅、限制、信息安全和保密义务等做了较为系统的规定。有关该法令对此的修改内容和意见，也可参见葡萄牙个人资料保护委员会第10/99号意见书。

③ 《澳门商业登记法典》在未经第6/2012号法律修改之前的第69条第1款规定：“任何人均得请求就登记行为及存档文件发出证明，以及获得以口头或书面方式提供的有关该等行为及文件内容的资讯。”



6/2012 号法律中对之做了修改，将查阅权的范围和条件做了进一步的限定<sup>①</sup>，以便从立法上减缓或消除在制度上所存在的冲突，为解决该领域内的其他制度之间的冲突提供了立法范例。

对于民事登记、身份证明、选民登记等部门资料库中的各种个人资料，如何实现登记的本来目的、利害关系人的查阅以及公共部门基于行政管理的目的利用之间，也同样存在着一种紧张冲突关系。由于时间和篇幅的限制，此处不赘述。

### 3. 个人资料权与新闻传播和新闻自由之间的冲突

新闻传播和新闻自由紧密关乎公民的言论和表达自由，正如学者所指出：“表达自由权是一种母体性的权利（direito mãe），由此衍生出其他的传播自由并逐渐独立出来，以响应在传播领域所发生的技术上、经济上以及重要结构上所不断发生的变化。”<sup>②</sup> 表达自由在一个民主法治社会中肩负着多种职能，它对于探求事实真相、保障民主自决程序的参与、保护思想的多样性、社会的稳定与和平进化以及表达个人人格<sup>③</sup>等都起着重要作用，故而成为公民所享有的一项基本权利。

由言论自由进一步派生出信息自由。这种信息自由包括向第三人传递信息的告知权（O direito de informar）、查阅信息或文献的自由权（O direito de se informar）以及接受公共实体提供真实资料的权利（O direito de ser informado）<sup>④</sup>。在表达自由和信息自由的基础上则出现了一种组织化和制度化的新闻自由。

长期以来，在传统的传媒方式下本来就存在的新闻传播及新闻自由与隐私权和个人资料保护之间的紧张关系，随着互联网技术和电子传媒手段的广泛运用而进一步加剧和突显。因为网络空间内可利用的资料对个人隐私具有

① 第 6/2012 号法律第 69 - A 规定：“一、仅自然人商业企业主本人或其适当委托的人可请求发出载有该企业主身份证明文件的类别及编号的证明或书面资讯。二、仅法人商业企业主各股东或成员、公司机关的据位人以及获适当委托的人可请求发出载有与该企业主有关的登录事实主体的身份证明文件的类别及编号的证明或书面资讯。”

② Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, IV (3. Edição), 2000, p. 456.

③ Jónatas Machado, *Liberdade de Expressão-Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social*, Coimbra, p. 416. e ss.

④ 有关内容请参见 Domingos Soares Farinho, *Intimidade da Vida Privada e Media no Ciberespaço* (Coimbra: Almedina, 2006), p. 22。